



## Comitê de Representantes

Aprovada na 1127ª sessão

ALADI/CR/Ata 1122  
5 de outubro de 2011  
Horário: 10h10m às 13h20m

### ATA DA 1122ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

#### Ordem do dia

1. Aprovação da Ordem do dia.
  2. Assuntos em pauta.
  3. Consideração da ata correspondente à 1120a. sessão.
  4. Relatório do Coordenador da Reunião de Representantes Alternos sobre o Roteiro solicitado pelo Comitê de Representantes em sua 1121a. sessão.
  5. Convocatória da Oitava Reunião de Negociação sobre o Regime Geral de Origem (ALADI/CR/PA 166).
  6. Notificações à Organização Mundial do Comércio (OMC).
  7. Assuntos diversos.
-

Preside:

EMILIO RAFAEL IZQUIERDO MIÑO

Assistem: Guillermo Daniel Raimondi, Gustavo Constantino García, Federico Villegas, Roxana Cecilia Sánchez, Sergio Luis Iaciuk e Mariana Edith Plaza (Argentina); Salvador Ric Riera e Jenny Encinas (Bolívia); Regis Percy Arslanian, Otávio Brandelli, André Saboia Martins, Marcus Vinicius Ramalho e Henrique Choer Moraes (Brasil); Constanza Alegría Pacull (Chile); Luz Marina Rivera (Colômbia); Carmen Zilia Pérez Mazón e Mirna Martínez Ajuria (Cuba); Emilio Rafael Izquierdo Miño, Gustavo Anda Sevilla e Adolfo Blum Montero (Equador); Cassio Vitale Manuel Luiselli Fernández, Dora Rodríguez Romero e Jorge Fernando Anaya González (México); Alejandro Hamed Franco, Elizabeth María Rojas Arteta e Octavio Ferreira Gini (Paraguai); José Emilio Romero Cevallos e Ricardo B. Romero Magni (Peru); Gonzalo Rodríguez Gigena, Linda Rabbaglietti e Ivannah Garelli Ruggia (Uruguai); Cecilio Crespo e Yajaira Chinchilla (Venezuela).

Secretário-Geral: Carlos Alberto Alvarez.

---

PRESIDENTE. Bom dia. Cumprimento todas as Representações, o senhor Secretário-Geral e o pessoal da Secretaria. Dou início à 1122ª Reunião Ordinária. Obrigado.

1. Aprovação da Ordem do dia.

Os senhores têm em suas mesas a Ordem do dia, a qual gostaria de submeter à consideração de todas as Representações. Não havendo observações, aprova-se.

2. Assuntos em pauta.

...Passo, em seguida, ao ponto dois, que se refere a Assuntos em Pauta. Ofereço a palavra ao Secretário-Geral para que nos informe sobre este tema.

SECRETÁRIO-GERAL. No documento que consta da pasta de todos os senhores são mencionados as notas e os documentos que devem ser ingressados na sessão.

"Vigência de Acordos

1. Representação Permanente da Argentina. Nota N° 122, de 29/09/2011.

Comunica que o Governo da República Argentina cumpriu com os requisitos legais de incorporação ao ordenamento jurídico interno do Terceiro e do Quarto Protocolos Adicionais ao Acordo de Complementação Econômica N° 55.

Publicado como ALADI/CR/di 3424.

2. Secretaria do MERCOSUL. Nota SM/648/2011, de 27/09/2011.

Comunica a incorporação ao ordenamento jurídico dos quatro Estados Partes do MERCOSUL do Quinquagésimo Quinto Protocolo Adicional ao ACE 18.

Publicado como ALADI/CR/di 3418.

3. Secretaria do MERCOSUL. Nota SM/650/2011, de 27/09/2011.

Comunica a incorporação ao ordenamento jurídico dos quatro Estados Partes do MERCOSUL do Sexagésimo Protocolo Adicional ao ACE 18.

Publicado como ALADI/CR/di 3419.

#### Convites recebidos

1. Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). Nota N° 8016, de 28/09/2011. Convida para participar, na condição de Observador, do Simpósio Internacional sobre a Proteção dos Desenhos Industriais (Santiago do Chile, Chile - 16 e 17.11.2011).
2. Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB). Comunicação de 28/09/2011. Convida para participar da XXI Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo (Assunção, Paraguai - 28 e 29.10.2011).

#### Documentos publicados

1. Relatório sobre as Atividades em Matéria de Conhecimentos Tradicionais no Âmbito da ALADI (ALADI/SEC/di 2434).
2. Relatório Mensal sobre o Comportamento da Despesa Orçamentária – Janeiro – Agosto 2011 (ALADI/SEC/di 2435).
3. Relatório da Situação Financeira da Associação até 31 de agosto de 2011 (ALADI/SEC/di 2436).
4. Relatório Final da Sétima Reunião de Negociação sobre o Regime Geral de Origem (ALADI/RN.RGO/VII/Relatório).
5. Relatório Final da Sétima Reunião da Comissão Assessora de Nomenclatura (ALADI/CAN/VII/Relatório)."

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário-Geral. Alguma observação das Representações?

### 3. Consideração da ata correspondente à 1120a. sessão.

...Não sendo o caso, passo ao seguinte tema de nossa agenda: consideração da ata correspondente à sessão 1120a. A Secretaria recebeu duas observações, uma da Representação do Equador e outra da Representação do México, sobre a apresentação desta ata.

Gostaria de oferecer a palavra. As duas Representações que mencionei já confirmaram a inclusão de sua observação na ata? O México, por favor.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Perdão, Presidente. Sobre a ata que temos aqui, continua sendo a mesma versão submetida à consideração, então, nós esperamos que seja publicada a versão definitiva e, assim, confirmaremos. Mas penso que não haverá nenhum problema com a incorporação destas observações formais que nós enviamos. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, México. O Equador.

Representação do EQUADOR (Gustavo Anda Sevilla). Obrigado, Presidente. No mesmo sentido que o México, esperamos a ata emendada. Obrigado.

PRESIDENTE. Então esperamos que a Secretaria distribua uma nova versão da ata, para poder aprovar convenientemente.

4. Relatório do Coordenador da Reunião de Representantes Alternos sobre o Roteiro solicitado pelo Comitê de Representantes em sua 1121a. sessão.

...Passo, então, ao seguinte tema de nossa agenda, que se refere ao Relatório do Coordenador da Reunião de Representantes Alternos sobre o Roteiro solicitado pelo Comitê de Representantes em sua sessão 1121ª. Antes de oferecer a palavra ao Coordenador da mencionada Reunião de Representantes Alternos, gostaria de oferecer a palavra ao Secretário-Geral, para que faça algumas observações, particularmente sobre um dos temas da agenda, a agenda produtiva e social.

Senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente.

Em primeiro lugar, uma consideração de caráter geral. Parece-me bom este método que começamos a adotar, penso que os Chefes de Representação concordam. Por um lado, os Chefes de Representação discutem a agenda estratégica do Organismo, a agenda temática, ou seja, definem a orientação do Organismo. Parece-me substantivo isso, para que não haja duplas interpretações ou duplas instâncias de discussão do mesmo, e também me parece pertinente, como se vem fazendo, que os Alternos executem essa agenda, trabalhem na execução - como definido no Roteiro - do que os Chefes de Representação definem como marco estratégico ou horizonte de trabalho ou objetivo de curto e médio prazo.

Houve um pequeno mal-entendido na Reunião que tivemos com os Chefes de Representação e depois com a interpretação no Grupo dos Alternos. Nós definimos uma agenda concreta, para antes do final do ano, que continha os temas basicamente da agenda comercial, ou seja, os temas de solução de controvérsias, os temas de normas de origem, de salvaguarda, o tema do Acordo Regional N° 7; definimos cinco temas que tinham que ser tratados pelos Alternos. Depois, definimos um conjunto de temas a serem explorados pela Secretaria-Geral, que não foram aprovados, na verdade, definimos explorar a possibilidade de que esses temas fossem incluídos na agenda da ALADI.

Esses temas foram apresentados aos Chefes de Delegação, no sentido de que eram temas que passam pelo produtivo, pelo social, pela cooperação, e que, em algum sentido, também têm relação com o comércio entre os países.

Definimos explorar a questão de ter um programa de segurança alimentar na ALADI, explorar um programa de medicamentos genéricos, e o Embaixador Cassio Luiselli também propôs incluir o tema da mudança climática, onde, creio, devemos trabalhar basicamente as restrições ao comércio, em termos de questões meio-ambientais, às vezes justificadamente e às vezes como utilização de barreiras para-tarifárias ou como trava ao comércio, sobretudo ao sul.

É uma questão bem importante. Falando com a câmara de exportadores de alguns países, sobretudo no Uruguai, que desenvolveu um Programa de requerimentos meio-ambientais, é um tema que vem se encaminhando e será utilizado como travas para o comércio. Penso que esse é um tema que a ALADI teria que incorporar.

Depois, propusemos um Observatório sobre a China. Foi apresentada uma objeção da querida Carmen Zilia Pérez, que propôs que talvez fosse melhor não mencionar o país, pode-se fazer um observatório sobre a emergência do mundo asiático, está certo não mencionar a palavra China, e combinamos que esses temas seriam explorados pela Secretaria-Geral, íamos trabalhar com a dimensão social, com a dimensão produtiva, com dois ou três Departamentos da ALADI, íamos explorar a viabilidade desses temas.

Então, o compromisso é que a Secretaria-Geral, em curto prazo, apresente um relatório na reunião mensal dos Chefes de Missão, para que os Chefes de Missão, de alguma maneira, tenham uma resposta para as possibilidades de avançar nestes temas. Ou seja, parece-me bem que se trabalhe com os Chefes de Missão na decisão estratégica da Associação, que se definam com os Chefes de Missão os temas, porque, do contrário, as tarefas do Comitê, que tem que executar as políticas, irão se atrasar. Assim, as duas instâncias não fazem o mesmo.

Então, parece que é bom que a Reunião de Alternos trabalhe na execução, dê executividade aos temas que são definidos por meio dos Embaixadores de cada uma das Representações.

Isso é o que eu gostaria de esclarecer, porque houve confusão em relação à aprovação ou não aprovação dos temas. Os temas estão sendo explorados, e se pensamos que esses temas têm viabilidade, são sustentáveis, favorecem o perfil do Organismo, se esses temas servem ao Organismo, servem aos países e podem ser levados a cabo, submeteremos os mesmos à consideração do Comitê de Representantes, sendo que antes os discutiremos em uma reunião informal com os Chefes de Representação, com os quais ficamos de nos reunir uma vez ao mês. Esse é o esclarecimento que gostaria de fazer antes de passarmos à discussão do Roteiro.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário-Geral, pelos esclarecimentos, que facilitarão, obviamente, o exame do Relatório que será apresentado pelo Ministro Gustavo Anda. A distinta Representante de Cuba pediu a palavra.

Representação de CUBA (Carmen Zilia Pérez Mazón). Obrigada, Presidente. Primeiramente, gostaria de fazer alguns esclarecimentos em relação às palavras do senhor Secretário-Geral.

No meu ponto de vista, no último Comitê de Representantes, foi abordada a agenda curta que havia sido acordada pela Reunião de Chefes de Missão, sendo solicitado por este Comitê de Representantes a que fosse ao Grupo de Alternos, para que o mesmo examinasse o estado dos três assuntos - quais podiam ir ao Conselho de Ministros e quais estavam mais atrasados para não ir ao Conselho de Ministros - e que nos entregasse um relatório; mas é o Comitê de Representantes aquele que tem que aprovar esse Roteiro e esses temas da agenda curta e substancial proposta pela ALADI, a partir das recomendações do Coordenador do Grupo de Alternos. Esse é o primeiro esclarecimento.

A decisão deve ser tomada aqui, a partir do exame efetuado pelo Grupo de Alternos nesta última semana, sobre os temas mais substantivos da agenda. Quais temas estão mais adiantados e quais são suscetíveis de serem levados a um Conselho de Ministros devem ser aprovados aqui, é a posição de Cuba, e não aprovados antes em uma Reunião informal de Chefes.

Em relação ao Observatório da China proposto, recebi instruções de minha capital de não aceitar este tipo de Observatório, nem da China nem de nenhum país do Sudeste

Asiático. Em relação à China: a China é um membro Observador desta Organização. A crise na América Latina e sobretudo no Cone Sul golpeou mais os países da região precisamente a partir dos investimentos do comércio e do alto índice de preço das exportações para a China dos países, sobretudo, do MERCOSUL e de outros países da região.

Portanto, Cuba considera que há outras zonas sobre as quais, sim, vale a pena, tendo em vista o desastre econômico internacional em que nos enfrentamos hoje, criar um Observatório. Por exemplo, o desastre da União Europeia, o desastre econômico dos Estados Unidos, que, como tudo parece indicar, vai golpear esta região. Então, esta é a posição de Cuba: Cuba é contra a criação de um Observatório sobre a China e sobre qualquer país do Sudeste Asiático. Além disso, muitos deles são membros Observadores desta Associação. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, distinta Representante de Cuba. O Secretário-Geral pediu a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Respeito muito a posição de Cuba sobre este tema, mas infiro que de suas palavras, Carmen, surge uma ideia que um Observatório tem um olhar crítico sobre o país que observa. Não se trata de fazer um Observatório que implique um olhar crítico. Eu concordo com você, hoje o comércio com a China está prejudicando alguns países da América Latina e beneficiando muito outros, mas um Observatório, digamos, não farei uma defesa de um tema que podemos retirar, não é nenhum problema, somente um esclarecimento para que não se entenda mal qual era a ideia, que não fique um mal-entendido sobre o sentido da ideia.

A ideia era que há uma ascensão no mundo de um novo ator, que está mudando muitas regras e está mudando o sistema de poder mundial e impactando fortemente a América Latina. Então, não estamos fazendo um juízo de valor, se impacta favorável ou negativamente, estamos dizendo que a ALADI poderia prestar um serviço aos países latino-americanos se reunisse a informação objetiva do impacto da China sobre os investimentos, sobre o comércio e sobre o sistema produtivo da América Latina. Ou seja, vamos colocar cifras, não vamos dizer está bem, faz bem, faz mal, essa não era a ideia, não implica um juízo de valor.

Para a América Latina, para os países da ALADI, seria bom ter um lugar nesta Associação que reunisse dados importantes sobre o impacto desta região sobre a América Latina e sobre a matriz do comércio latino-americano, porque está influenciando muito a matriz do comércio latino-americano, como a senhora diz, em muitos países, no bom sentido, o que não negávamos e com o que coincidimos. Estamos perante a emergência de um ator que vai modificar as coordenadas do poder mundial, do poder econômico mundial, então isso mereceria uma antena especial nesta Associação. Essa era a ideia, mas se não há acordo, não há problema de retirar esta iniciativa.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário-Geral. O distinto Representante Permanente do Brasil solicitou a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente. Entre as iniciativas que discutimos no outro dia na Reunião de Chefes, pareceu-me, na questão do Observatório, que talvez a palavra Observatório não fosse a melhor, poderíamos ver outra palavra. Não se fala de Observatório da democracia, então tem um sentido de censura, talvez pudéssemos encontrar outra palavra.

Vejo que tem todo o sentido que uma Organização como a ALADI, que cuida do comércio, sobretudo do comércio regional na América Latina, que tem a cobertura de todos os acordos comerciais que temos entre nós, tenha um estudo, que seria um estudo basicamente estatístico - não é algo contra a China ou contra ninguém, como disse o Secretário-Geral - mas que estude estatisticamente e com números qual o impacto que tem o comércio, poderíamos inclusive não mencionar a China, poderíamos dizer os países que impactam mais, e aí se chegaria à conclusão que é a China, em nosso caso.

Penso que é importante, como forma de constituir e de estabelecer nossa competitividade, e, sobretudo, fazer uma concentração melhor de nossa produção dentro de nossas economias, é uma questão que nos orientará melhor em como dirigir nossa produção dentro de nossas economias e criar mais competitividade.

O que mais necessitamos, hoje em dia, é mais competitividade. Penso que estudar e conhecer o impacto que podem ter as exportações, os investimentos da China e de outros países, não necessariamente da China, mas com certeza da China - é um caso que afeta todos nós - é de muito interesse para todos.

Eu proporia, Presidente, talvez, que não se falasse em Observatório, mas de um estudo do impacto nas importações ou sobre investimentos da China na América Latina, algo assim, poderíamos discutir, algo mais neutro talvez que um Observatório.

Penso que nós, como organismo de comércio, organismo econômico e de integração, não podemos deixar de aceitar a ideia de ter um estudo estatístico sobre impacto no comércio e nos investimentos sobre países que realmente têm uma influência muito grande sobre nós. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, distinto Representante do Brasil. O distinto Representante da Argentina solicitou a palavra.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Presidente. Bom dia a todos. Primeiro, quero agradecer pelas opiniões manifestadas pelos Embaixadores de Cuba e do Brasil, também pelas palavras do Secretário-Geral, porque são enriquecedoras e vemos que sempre é possível ir aperfeiçoamento nossa ação para conseguir melhores resultados.

Há um fato inegável: nossa região está inserida em um contexto mundial no qual prevalece uma crise, uma crise de alcance global. Nos últimos anos, houve uma evolução de nossos intercâmbios em tudo o que se refere ao comércio com os parceiros dentro da ALADI, como também uma evolução nos intercâmbios com o resto do mundo, com o que poderíamos chamar de Extra zona, países fora da ALADI, e bem assinalado pela Embaixadora de Cuba, há outras regiões nas quais a crise produziu efeitos nas correntes comerciais e também nas correntes de investimento.

Então, notamos que há um deslizamento progressivo de certos padrões de comércio que costumávamos ter e que agora estão mudando, e bastante drasticamente no caso de alguns países. Daí surgiu esta primeira ideia de observar o comércio com a China, porque é verdade que passou a ter um protagonismo muito forte, para mencionar o caso da Argentina, é inegável a importância do comércio e das exportações de produtos primários argentinos para a China.

Parece-me um tema valioso, até agora os estudos preparados pela Secretaria-Geral para o consumo das Representações centralizaram-se bastante no comércio entre nós,

pode ser uma forma de seguir adiante e contar com elementos de juízo, que, penso, são valiosos nesta nova etapa que pretendemos abrir da Associação. Que seja mais útil para os propósitos de desenvolvimento de nossos países, que este Observatório objetive analisar a evolução do comércio dos países da ALADI com a Extra zona em geral, com os países do resto do mundo, e aí vamos observar todas estas variações, de como foi diminuindo talvez percentualmente a participação da União Europeia, como foi crescendo a participação do Sudeste Asiático, sem entrar em juízo de valor, somente a observação fática desta evolução, que nos dará elementos de trabalho importantes para nossa análise, para a tomada de decisões em nossos países, de como ir acomodando as políticas ao novo contexto que chegou para ficar.

Ou seja, não é uma questão conjuntural, são mudanças estruturais ocorridas nas relações econômicas e comerciais no mundo, e concordo também com o manifestado pelo Embaixador Regis, é importante, se a Secretaria tem a capacidade, analisar as correntes de investimentos, porque assim como variou a corrente de comércio com o resto do mundo, de nossos países com o resto do mundo, também me parece que variou a corrente dos investimentos.

Então, deixo esta ideia para resgatar a iniciativa que, em um princípio, pareceu-nos válida, ampliando seu espectro, evitando qualquer conotação que possa ser considerada negativa ou direcionada a um ator que para todos nós é importante, é verdade que é um Observador, como muitos outros países são Observadores desta Associação, então, para focar-nos em uma análise da evolução do comércio e dos investimentos dos países-membros com o resto do mundo, com a Extra zona, como queiramos chamá-lo, porque daí surgirão informações importantes para as decisões de política que nossos países têm que tomar. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, distinto Representante Permanente da Argentina. A Representação do Chile solicitou a palavra.

Representação do CHILE (Constanza Alegría Pacull). Muito obrigada, Presidente. Em geral, para referir-me ao mecanismo de como estamos abordando o trabalho do Roteiro da agenda de curto e médio prazo. Agradeço muitíssimo ao Secretário-Geral pelo esclarecimento.

Parece-me que é o entendimento que nós tínhamos em nossa Representação a respeito de como proceder, e, com base no mesmo, penso que talvez não seja o momento de discutir em profundidade os temas da agenda de médio prazo, incluído o Observatório, porque estamos à espera especificamente das propostas que forem feitas a esse respeito, e pensamos que podemos seguir ocupando nosso tempo, nossas urgências, na agenda de curto prazo, que é a que realmente deveria ter todo nosso interesse nestes dias. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, distinta Representante Alternativa do Chile. O Representante Permanente do México solicitou a palavra.

Representação do MÉXICO (Cassio Vitale Manuel Luiselli Fernández). Muito obrigado, Presidente. Simplesmente, concordando com meus colegas da Argentina e do Brasil, a ideia não tem relação com julgar ou ter uma opinião valorativa, e menos negativa, daquele país ou de outros países. A ideia é entender que este terceiro ator está rapidamente se tornando o primeiro ator do cenário econômico internacional, é muito provável que antes que termine esta década seja a maior economia do mundo em termos absolutos e medida como se quiser medir, e é evidente que nós, na América Latina, temos um grande déficit de conhecimento justamente sobre a China.



Então, essa é a ideia, digo com muita tranquilidade, eu sou o Embaixador de um país e falo da China, convidei meu colega da Embaixada da China para discutirmos, não se trata, obviamente, de algo negativo em relação à China, inclusive é de se admirar a vertiginosa mudança da China. Também estou de acordo que a questão não se detém na China, se falamos a fundo sobre a China, e devo dizer uma coisa com toda a sinceridade, não é nada mais estatístico, é necessário tentar entender o processo com um pouco mais de profundidade - porque as estatísticas estão todas na internet - para entender a implicação de um ator tão enormemente poderoso, que, pouco a pouco, está se tornando o grande parceiro individual de muitos de nossos países.

Bem, um estudo sobre a China implica, por força, analisar os Estados Unidos, porque é o país que está perdendo a preeminência, e se quisermos fazer as coisas bem e seriamente, é necessário entender o que acontece com a Europa também.

A economia está muito entrelaçada, não são cortes completamente independentes, mas estão altamente vinculados, uma possibilidade, talvez, útil, e proponho com muita modéstia, além disso eu não posso tomar decisão nenhuma, simplesmente para propor, é que no CEFIR, que é um organismo acadêmico, no qual participo de forma voluntária, *ad honorem*, está sendo feito algo semelhante. No CEFIR, estamos analisando a economia internacional, analisamos justamente a China. Alguns aqui presentes estiveram na sessão, penso que foram sessões muito corretas, muito analíticas, e, terminando o assunto China, analisaremos outras circunstâncias, não somente países ou regiões, mas fenômenos, por exemplo, o fenômeno climático que está mudando a vantagem comparativa comercial de muitos países e outros tipos de coisas.

Então, talvez pudéssemos trabalhar vinculados ao CEFIR, que é um trabalho mais acadêmico e que não tem nenhuma implicação política, mas penso que o tema China é um tema que não é de pouca importância, é muito importante. Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante Permanente do México. O Representante Permanente da Bolívia pediu a palavra.

Representação da BOLÍVIA (Salvador Ric Riera). Obrigado, senhor Presidente.

Bom dia, Representações, funcionários da ALADI. Em primeiro lugar, quero dizer que também compartilho com Cuba o complicado que poderia ser, em algum momento, que esta análise, que este pensar sobre a China, possa nos levar a ter um juízo de valor sobre o impacto da China em nossas economias, sobre o que aconteceu com o mundo, quando, na realidade, o problema, - e disse isso na Reunião de Embaixadores, de Representantes -, é que devíamos analisar a situação dos Estados Unidos e da Europa.

Hoje em dia estamos vendo como as bolsas estão caindo, como a Grécia pede o sexto plano de ajuda de oito bilhões de euros, com um déficit de 170 %, como é possível que essas economias tenham permitido esse endividamento. Nos Estados Unidos, país que fala de democracia, nós temos um pequeno problema e sai na CNN todos os dias; no entanto, eles estão prendendo setecentas pessoas por manifestar-se pacificamente contra a avaria do sistema capitalista, que não deixa ninguém sobreviver.

Então, penso que o modelo europeu está em crise. Não temos que analisá-lo para parecer-nos com eles, podemos tirar proveito do que foi um processo de integração como o europeu, conduzido por dois países grandes, França e Alemanha, em favor deles e em detrimento do que aconteceu em todos os demais países da Euro zona, e também ver

como o sistema financeiro pode ser uma situação preocupante, onde se coloque adiante os bois do desenvolvimento, o sistema financeiro ou onde a produção estiver abaixo dessa matriz do desenvolvimento europeu, que temos que pensar, onde também os investimentos estrangeiros terão que ser analisados com seriedade.

Penso que muitos dos investimentos estrangeiros aqui são preocupantes para nós. Temos que ter cuidado com a análise da China. É importantíssimo ver também que, para nós, para a América Latina, para meu país, o que haveria sido esta crise se a China não tivesse sido um grande comprador das *commodities*, sobretudo de produtos alimentícios, de produtos primários, que são, na realidade, o que nós exportamos, o que haveria sido, eu digo, nesta crise, a quanto teria caído a bolsa, não sei. Isso é impensável na situação em que nos encontramos.

Antes, para vender tínhamos que pedir, eram eles que determinavam os preços da bolsa de alimentos, para eles era tudo, e nós, para comprar seus produtos, tínhamos os preços determinados pelos custos de produção. Para nós, os custos de produção não tinham nenhum valor. Novamente repito, é necessário termos muito cuidado com o que fazemos com a China, não emitirmos nenhum juízo de valor, sermos sérios. Talvez o estudo mais importante seja sobre a crise dos Estados Unidos, que impactará toda a América Latina, isso é algo nada detém. É um modelo que está em crise, um capanga que entra nas casas para guerrear, que impôs expulsões de países, que impôs golpes de estado, massacres em nossa América Latina, e tirou nossas matérias-primas. É parte de nossa miséria, não são as Veias Abertas da América Latina, é a realidade da América Latina. Os Estados Unidos foram nefastos em nossa vida, como dizia Bolívar, “pobre con un país semejante en el norte”.

Mas não deixa de ser importante que vejamos desde outra perspectiva a análise da China, ver sem tentar culpá-la ou emitir juízo de valor sobre a importância da China, que será ou é a primeira potência no mundo, mas não penso que seja a mais importante, porque a potência que maneja o dinheiro são os Estados Unidos, a que maneja as economias, o G20 não tem a importância dos Estados Unidos na reunião dos grandes países, continua sendo os países europeus e os Estados Unidos, a China ainda está em um desenvolvimento interno, é um país ainda subdesenvolvido ou em vias de desenvolvimento.

De todas as maneiras, penso que tudo isso sobre o que estamos é enriquecedor, é importantíssimo, é lindo escutar, abre a nossa mente. Vemos que a ALADI também participa dos grandes problemas que se desenvolvem no mundo e procuramos alguma possibilidade para transmitir a nossos países por onde vêm os caminhos. Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante da Bolívia. Passo a palavra ao distinto Representante do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidente. Gostaria de resgatar a proposta feita pela Representação da Argentina. Penso que todos temos claro o que está acontecendo a nível mundial, mas, digamos, muito a nível jornalístico, com estudos ou ensaios, e, em alguns casos, estudos realmente sérios, mas parciais.

Parece-me que é importante ver como mudou o que tem relação estrita com o que a ALADI maneja, que não são as variáveis políticas, e não sei se a ALADI estaria em condições de ver as variáveis financeiras, como alguém mencionou aqui, mas, sim, ao

menos existe muita informação sobre comércio e investimentos a nível mundial, e penso que seria importante fazer uma análise das relações dos nossos países, como mencionava Daniel, com o resto do mundo, que estiveram variando muito nos últimos quinze anos.

Por exemplo, a nível mundial, estiveram variando brutalmente os fluxos de bens de capital, a origem e o destino dos bens de capital, que é o setor fundamental para os nossos países, e as novas fontes de abastecimento de bens de capital estiveram se adaptando muito mais a nossas necessidades do que as fontes que tradicionalmente nos abasteciam anteriormente.

Então, parece-me que seria realmente importante poder ter uma análise das relações dos países da ALADI com o resto do mundo em geral, que pode resultar nos pontos de maior relevância que nós poderíamos estar interessados em desenvolver, sem fazer absolutamente nenhum juízo de valor, nem muito menos juízos políticos sobre os processos dos países, que são muito de cada país, digamos.

Penso ser interessante também, porque sou outro assíduo participante do que foi mencionado pelo Representante do México, Cassio, o Observatório que está sendo feito sobre política internacional no CEFIR. Muitos de nós aqui coincidimos nesse ambiente. Será feita uma reunião a cada seis semanas, e penso que seria muito importante buscar algum tipo de coordenação com ela, porque realmente são experiências muito úteis que podem nos ajudar muito no que queremos desenvolver para nossos países. Insisto, parece que a ideia apresentada hoje pelo Daniel é uma ideia útil, ver em geral como estão evoluindo nos últimos quinze anos, vinte anos, as relações de nossos países com o resto do mundo, coordenando com algum outro organismo que também esteja trabalhando nesse sentido, há muita facilidade de fazê-lo porque são amigos, ver de que maneira nossa agenda pode se alimentar para melhorar nossas visões e contribuições que podemos fazer a nossos respectivos países. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, distinto Representante do Uruguai. O Peru solicitou a palavra. Passo a palavra ao distinto Representante Permanente.

Representação do PERU (José Emilio Romero Cevallos). Obrigado, Presidente. Brevemente, para dizer que minha Representação comprova que este Comitê tem uma profunda vocação para falar sobre a China, e para mim, na prática, o Observatório sobre a China está virtualmente criado, porque houve um intercâmbio de opiniões, algumas muito substantivas e que nós acolhemos com grande interesse.

Caso seja produzido o que está no quadro do Anexo ao Relatório que o Coordenador do Grupo de Alternos vai apresentar em algum momento - hoje estamos há uma hora debatendo o tema China -, uma vez que a Secretaria-Geral apresente esse perfil, estaremos em maior capacidade de intervir sobre a possibilidade de criar um Observatório sobre a China, se houver consenso sobre isso.

Tomamos a devida nota da posição da Representação de Cuba, e também do manifestado pelas Representações da Argentina e do Brasil. Se tentarmos dar algum contexto diferente, podemos denominá-lo Observatório das Potências Emergentes, ou algo parecido, para que a ALADI não esteja desvinculada de todo este processo de estudo da realidade internacional a partir de um ponto de vista econômico, financeiro, etc.

Penso que isso é o que deveríamos fazer, pelo momento já tomei nota da observação muito específica da Embaixadora de Cuba e, sobretudo, da intervenção oportuníssima do Secretário-Geral, que esclareceu sua intervenção na Reunião de Chefes de

Representação, onde especificou muito claramente qual era a verdadeira agenda curta que ele estava propondo, e que havia uns temas adicionais que ele propunha para que fossem sendo eventualmente estudados ou analisados, para enriquecer esta agenda no futuro.

Minha Representação agradece o debate, infelizmente não queremos tirar tempo para dar opiniões a fundo sobre a China, porque definitivamente se trata de limitar a agenda, aprovar um roteiro e estar prontos para dentro de menos de dois meses e meio poder ter uma relação de temas importantes, devidamente priorizados, para um eventual Conselho de Ministros no dia 20 de dezembro, ou seja, eu gostaria de propor que limitemos os temas de uma vez, se possível. Digo isso com todo o respeito. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, distinto Representante do Peru. O Representante do Paraguai solicitou a palavra.

Representação do PARAGUAI (Alejandro Hamed Franco). Muito obrigado, senhor Presidente.

Bem, gostaria de ser breve também, e assinalar que a posição sustentada pela Representação da Argentina seria, de alguma maneira, a mais viável, porque abarca, pelo que estamos observando, o desejo e as manifestações da maior parte das Representações, no sentido de que interessa, em primeiro lugar, analisar o movimento comercial de investimento de extra zona e, nesse contexto, incluiremos a relação com os diferentes países que estão emergindo indubitavelmente agora no cenário internacional.

Se for o caso de que tenhamos que prestar uma especial atenção, devido às cifras que podem emergir dessa análise no intercâmbio comercial ou de investimentos de bens de capital, concordo também com a ideia do Embaixador do México, de que não devemos circunscrever, em nenhum caso, se tratamos da China ou do Sudeste Asiático ou, inclusive, da situação da Europa e dos Estados Unidos, duas grandes potências econômicas indubitavelmente, que não nos concentremos somente nas cifras que sempre são frias, é importante entender o processo pelo qual se chega a uma situação determinada como a que estamos vivendo.

Por um lado, a emergência da China, e, por outro lado, a crise que estão vivendo dois centros de poder econômico importantes, diria, em particular, para nós, a crise da União Europeia, porque, de alguma maneira, sempre foi a referência que tivemos neste processo de integração. Portanto, são todas recomendações muito úteis que deveríamos acolher, tentando tirar o melhor proveito das contribuições dos diferentes colegas presentes nesta manhã. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, distinto Representante do Paraguai. A Representante Alternativa da Colômbia solicitou a palavra.

Representação da COLÔMBIA (Luz Marina Rivera). Darei outro cariz ao intercâmbio ocorrido até agora, pois ninguém pode negar a importância de contar com análises próprias para atuar internacionalmente. Isto é, considero que é como um centro de pensamento: todo centro de pensamento é confessional, ou seja, responde a interesses, a um enquadramento específico, e este organismo já tem uma história que lhe daria qual tipo de enquadramento, qual tipo de estudo necessitamos, porque daria a ideia de que viemos trabalhando todo este tempo sem análises próprias, ou seja, de certa maneira, de uma forma descontextualizada, e se necessita ver esse contexto a partir desse ponto de vista.

Farei referência a uma questão de ordem prática, que visualizei no trabalho que tentamos fazer operativamente, como disse o Secretário-Geral, em Alternos, precisamente foi isso, falta de contexto. Então, confessamos que não tínhamos suficiente informação, que não tínhamos maior precisão de que se tratava exatamente a ideia. Com este intercâmbio, já tenho uma ideia, e se vai dando forma, em conjunto, ao que poderia chegar a ser esta iniciativa.

Por exemplo, é algo em que a Colômbia sempre insistiu, gostaríamos de ter, além da conceitualização mais concreta, os termos e os impactos em termos de orçamento. Quais graus teriam esses funcionários? De quantas pessoas estaria composto este Observatório? Aproveitaríamos, como disse o Secretário-Geral, a expertise da Secretaria-Geral ou teríamos que recorrer a novos funcionários? Isso, como a própria anotação apresentada há oito dias, não está incluído nas atividades do próximo ano, então, penso que, com isso, que sei que é absolutamente procedimental, mas é importante para a decisão, poderíamos aproximarmo-nos de um projeto, de uma minuta muito mais concreta. Quando chegar aos níveis que têm que executar, que tomar decisões, e mandá-las à capital e dizer “veja, isso no próximo ano”, ou quais outros programas poderiam ser impactados ao ser criado um novo âmbito na Associação. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, distinta Representante Alterna da Colômbia. A Representação da Venezuela solicitou a palavra.

Representação da VENEZUELA (Cecilio Crespo). Obrigado, Presidente.

Na verdade, esta é uma das discussões que se apresentam na ALADI repentinamente e que nos absorvem bastante tempo. É um ponto importante, evidentemente, quero dizer, parece-me que foram dadas muito boas explicações. Pouco há para acrescentar, somente vamos dizer que, em primeiro lugar, parece-me que a proposta da Argentina é bastante interessante.

Eu diria que poderíamos chamar de “Observatório da evolução da economia do mundo que afeta os países da ALADI”, ou algo assim. Por que evolução? Porque a evolução em economia é de uma rapidez tal que é necessário manter-se informado praticamente todo o tempo, como fazem outros organismos, é verdade, a CEPAL, a OMC, o Banco Mundial, mas, como disse muito bem a Representante da Colômbia, desde seu ponto de vista, não desde o nosso ponto de vista. Isso seria interessante.

Por quê? Porque há muita informação que temos que saber se é verdadeira ou não. Ontem eu estava em uma conferência sobre a Europa, dada por uruguaios, que diziam, por exemplo, que o grande percentual das exportações uruguaias de carne era para a Alemanha, e 90% das exportações de mel era também para a Alemanha, e então falaram “nós não temos problemas porque a Alemanha está bem”, mas o que aconteceria se os bancos alemães fossem os mais prejudicados pela crise da Grécia?

Então, temos outras coisas importantes e interessantes a dizer, por exemplo, se diz por aí que um dos grandes investidores vendeu suas ações do Banco da China, porque a dívida das províncias chinesas é muito maior e está praticamente em *default*, será verdade? Ou é propaganda contra a China? Isso nós temos que averiguar e, nesse sentido, penso que esse Observatório da economia mundial é justificado. Como fazemos isso, com pessoal nosso ou chegando a pactos com a CEPAL? Como seja, penso que é importante que seja feito, e, nesse sentido, nos perguntamos: o crescimento da China vai se manter na mesma porcentagem de hoje nos próximos quatro ou cinco anos? Como isso vai nos afetar? Temos que ter uma resposta nossa para todas essas questões.

Nesse sentido, apoiamos essa proposta com uma variante da observação da economia mundial. Por último, refiro-me a que, esclarecidos os pontos, penso que seria suficiente para discussão sobre o roteiro os pontos que foram definidos em curto prazo; não acreditamos que devem ser incorporados mais pontos. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, distinto Representante da Venezuela. O Chile solicitou a palavra.

Representação do CHILE (Constanza Alegría Pacull). Obrigada, Presidente.

No entendimento de que todas as Representações estão se manifestando em relação a um ponto da agenda de médio prazo, que é o Observatório da China, bem, a Representação do Chile não tem, obviamente, instruções a esse respeito, mas, em princípio, apoiá-los, sujeito aos termos de referência que forem propostos no futuro a respeito deste projeto e aos detalhes deste Observatório.

Em princípio, nós apoiá-los uma iniciativa desta natureza, precisamente pelas razões manifestadas por várias das Representações anteriores, no sentido de que é importante entender nosso processo de integração, que não está isolado da economia mundial, sendo que um dos grandes atores desta economia mundial evidentemente, e em particular para nossa região nos últimos tempos, foi a China. Um dado adicional, em três dias mais ou menos, são celebrados cinco anos do TLC entre o Chile e a China. Isso mudou significativamente os fluxos comerciais em nosso país.

Ou seja, passou, em menos de seis meses, a ser nosso primeiro parceiro comercial, quando estávamos acostumados a ter como primeiro parceiro comercial os Estados Unidos. A China passou rapidamente a ser o primeiro parceiro comercial, portanto, quando a China entra em um mercado, quando a China entra em uma região, provoca mudanças, não é menor a presença da China neste momento na América Latina, e, portanto, é importante manter este tipo de observação. Evidentemente, nós compartilhamos a postura de que observação não significa juízo nem crítica, mas o contrário, ou seja, reconhecemos a importância da economia chinesa e queremos estudá-la porque nos parece relevante.

No entanto, estamos totalmente de acordo com que não deveria ser individualizado, e se esta proposta for apresentada finalmente, deveria referir-se a Observatório da economia mundial, Observatório da economia dos grandes mercados ou dos mercados emergentes, como propôs o Peru. Isso no que se refere à questão da China. E espero, também, ansiosa como a Representação do Peru, que possamos passar ao tema seguinte. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, distinta Representante Alternativa do Chile. Gostaria de oferecer a palavra à distinta Representante Permanente de Cuba.

Representação de CUBA (Carmen Zilia Pérez Mazón). Obrigada, senhor Presidente.

Tomo nota da proposta da Argentina, submeterei à consulta.

Cuba reitera sua posição em relação ao Observatório sobre a China. Aqui vários países manifestaram como mantém seu comércio e suas relações com a China, e Cuba também mantém comércio e relações, desde o ponto de vista bilateral, isso é um tema bilateral, não é um tema multilateral.

Aqui se mencionou, como título, Evoluções dos países do mundo que afetam a ALADI, então não se trata somente da China, também existe o bloqueio imposto pelos Estados

Unidos a Cuba por mais de cinquenta anos, minha pergunta é se neste estudo irão analisar o bloqueio dos Estados Unidos que impacta Cuba há mais de cinquenta anos?

Então, concordo com a intervenção da Representante do Chile e da Representante da Colômbia, em relação ao fato de que há outros temas mais substantivos na agenda que devemos adiantar, e deixar isso mais para frente, porque não é um tema substantivo de nossa agenda curta, isso é como nós vemos, e, por outro, seria necessário analisar qual o impacto deste chamado Observatório no Orçamento da Associação. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, distinta Representante Permanente de Cuba.

Quero agradecer a todas as Representações pelas intervenções neste tema, penso que foi um debate sumamente rico, que demonstra fundamentalmente a importância do tema proposto para cada um de nossos países no contexto geral da ALADI.

Portanto, dá a impressão de que há um consenso no sentido da validade de fazer um estudo desta natureza, e, como disse o Secretário-Geral, este é um tema a explorar, é um tema que está em nossa agenda e sobre o qual devemos continuar avançando na medida em que os interesses da ALADI estiverem concentrados neste tema, talvez com a conotação repetida por várias Representações, no sentido de não individualizar o nome de nenhum país neste Observatório, mas ampliá-lo à crise ou à situação global do mundo, ao impacto desta situação nos países da ALADI.

Provavelmente, esse seja o rumo que devemos tomar, e, portanto, penso que o tema continua em nossa agenda, continuará sendo explorado, na medida em que for possível e for de interesse dos países-membros da ALADI.

O distinto Representante Permanente do Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Perdão, Presidente. Imaginei que ia passar a outro tema. Penso, como o senhor interpretou muito bem, tendo em vista que há um consenso sobre fazer um estudo sobre a evolução, não me lembro bem da frase, da economia e do comércio mundial.

Representação de CUBA (Carmen Zilia Pérez Mazón). Desculpe, Embaixador, não há consenso, Cuba se opõe.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Eu estava dizendo que havia consenso porque o Presidente, acolhendo a interpretação do Comitê, disse que havia consenso, então se Cuba se opõe, bem, então não há consenso. Mas eu queria dizer, de todas as maneiras, que para minha Delegação, Presidente, seria muito importante que pudéssemos contar com um estudo estatístico da Secretaria-Geral justamente sobre este ponto da evolução da economia e do comércio mundial e como isso afeta, não me lembro da frase de Venezuela que está muito boa, algo como isso afeta os países latino-americanos. Eu peço, como Delegação do Brasil, que a Secretaria-Geral elabore um estudo sobre este impacto, sem dizer que seja chinês ou estadunidense ou algo assim, mas que haja um estudo sobre este impacto na economia, no comércio dos países latino-americanos, da evolução mundial ou algo assim.

Alguém falava sobre as conclusões, mas para qualquer conclusão que tirarmos disso necessitaremos um estudo estatístico, não se pode chegar a conclusões sem estudo estatístico. Penso que cabe a nós, aqui, como ALADI, justamente ter estatísticas sobre o impacto do comércio mundial, da economia mundial sobre nós. Então, pediria, por favor,

que fosse feito esse estudo estatístico. A Secretaria da ALADI tem todos os dados estatísticos sobre isso e pode prepará-lo, inclusive como forma de esclarecer melhor nossas discussões aqui na ALADI. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, distinto Representante Permanente do Brasil.

A Secretaria tomou a devida nota de seu pedido. Gostaria de esclarecer meu comentário de acordo com a última intervenção da distinta Representante de Cuba. Assumi que havia um espaço para seguir explorando, como disse, há consenso para seguir explorando, de fato, não estamos aprovando absolutamente nada no dia de hoje, portanto, o consenso não está em que estamos ou não de acordo com algo, mas sim na necessidade de seguir explorando um tema que é de comum interesse para todos. Está demonstrado, pelo debate, que há um interesse, uma preocupação pelo que está ocorrendo no mundo, uma preocupação pelos efeitos nas economias, no comércio dos países da ALADI, na situação global.

Ou seja, penso que não podemos nos perder muito, eu me referia a um consenso nesse sentido, na necessidade de seguir explorando este tema, porque creio que é não somente importante para a ALADI, é uma obrigação de todos nossos países, de nossa organização, estarmos perfeitamente esclarecidos sobre como está o mundo, e quais são os efeitos em nossas economias e em nosso comércio de todos esses fenômenos mundiais, sejam europeus, norte-americanos, asiáticos, que é precisamente o que se está ampliando.

Como o tema inicial, que estava restrito à China e está sendo ampliado ao resto do mundo, em uma economia global, impacta nossos países? Então, eu me referia a um consenso nesse sentido, que é um consenso em que esse tema continue sendo explorado, analisado, inclusive disse “na medida em que for de interesse de nossas Representações”.

A Argentina solicitou a palavra.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Sem prejuízo de compartilhar a necessidade de que nesta Reunião trabalhemos os temas que podem conformar a agenda curta para o Conselho de Ministros, não posso deixar de mencionar que, sob nosso ponto de vista, o tema de contar com mais informações e análises de como a crise pode impactar nossa região é prioritário e urgente. Não é uma questão abstrata que possamos postergar, a crise acelerou, não há perspectiva de saída ou de solução, ou seja, é uma questão muito preocupante à qual deveríamos prestar toda a atenção e colocar em andamento, quanto antes, o mecanismo que for para contar da mesma, com elementos de juízo úteis para nossos países. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, distinto Representante Permanente da Argentina. A distinta Representante Permanente de Cuba tem a palavra.

Representação de CUBA (Carmen Zilia Pérez Mazón). Obrigada, senhor Presidente.

Quando disse que não havia consenso, não há consenso para implementar o Observatório da China, disse nas mesmas palavras para apoiar a palavra do Presidente, e estou de acordo com o Representante de Argentina com que devemos continuar explorando todos estes temas, o impacto da crise na Europa e nos Estados Unidos, o crescimento ou não crescimento da China ou do sudeste asiático ou dos países emergentes, em nossa região e nos países que são membros da Associação, nisso estamos de acordo, e há consenso para continuar explorando este tipo de estudo, mas



volto e repito, considero, como disse o Representante da Argentina, que devemos nos voltar aos temas substanciais da agenda curta e deixar isso para continuar uma exploração mais adiante. Muito obrigada, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, distinta Representante Permanente de Cuba.

Se me permitem, procederei ao tema de nossa agenda. Gostaria de oferecer a palavra ao distinto Representante Alternativo do Equador, Ministro Gustavo Anda, para que nos apresente o Relatório como Coordenador da Reunião de Representantes Alternativos sobre o roteiro encomendado pelo Comitê de Representantes em sua 1121ª sessão.

Tem a palavra.

Representação do EQUADOR (Gustavo Anda Sevilla) Obrigado, Presidente.

De conformidade com o mandato da 1121ª sessão ordinária do Comitê de Representantes, celebrada em 28 de setembro de 2011, os Representantes Alternativos se reuniram nos dias 30 de setembro e 3 de outubro para avançar na elaboração de um Roteiro dos temas que foram identificados na Reunião de Chefes de Representação de 22 de setembro, bem como para analisar quais deles poderiam ser apresentados no âmbito de um próximo Conselho de Ministros. Anexo ao presente Relatório, documento que reúne os resultados das deliberações feitas nas duas oportunidades.

As Representações coincidiram em que alguns temas poderiam ser suscetíveis de resultados em curto prazo, com vistas a sua eventual consideração no Conselho de Ministros. Entre esses temas, corresponde assinalar aqueles relacionados com a certificação de origem digital bem como com alguns aspectos das negociações sobre os regimes de origem, salvaguardas e solução de controvérsias, dependendo do nível de avanço e resultados das ações descritas no anexo do presente Relatório.

Por outro lado, as Representações estiveram de acordo em assinalar que os demais temas que fazem parte do mandato emitido pelo Comitê durante sua última sessão requereriam maior análise dentro da Associação, para a definição dos cursos de ação a serem adotados.

Em relação aos temas sobre a Dimensão Social e Produtiva, a Secretaria da ALADI reiterou que oportunamente estaria gerando a informação necessária para enquadrar o tratamento desses temas dentro do âmbito da Associação. Uma Representação indicou que, no momento, não está de acordo com sua inclusão no documento anexo.

Não farei referência à conformação do Observatório, visto que já foi abordado anteriormente. Algumas Representações propuseram a possibilidade de incluir temas no roteiro, que, embora não incluídos nos pontos considerados dentro da tarefa recebida do Comitê, são assuntos de interesse dentro da Associação, pois contam com um nível de avanço que poderia dar resultados em curto prazo, com vistas a uma próxima Reunião do Conselho de Ministros.

Entre tais temas, foram mencionados: Facilitação do Comércio, PMEs e a Conferência de Avaliação e Convergência, que constam do documento em anexo no título Temas Sugeridos.

A esse respeito, uma Representação assinalou que a inclusão destes temas corresponde exclusivamente ao âmbito do Comitê de Representantes, e objetou a inclusão,

fundamentalmente, do tema de Facilitação do Comércio. Submete-se, então, à consideração deste Comitê a possibilidade ou não de incorporar aos trabalhos que estão sendo realizados os temas mencionados anteriormente, a fim de que os Alternos avancem em sua elaboração do possível roteiro.

Finalmente, é necessário assinalar que, da agenda dos Representantes Alternos, além do acompanhamento dos assuntos objeto do presente Relatório e dos novos insumos do Comitê de Representantes que forem recebidos, fica pendente a revisão das atividades da Associação até o final do presente ano, à luz da priorização dos temas que vêm se adiantando.

Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, distinto Representante Alternativo do Equador, por seu relatório. Gostaria de submetê-lo à consideração das Representações. Se alguma Representação quiser intervir, fazer alguma observação, algum comentário. A Representação do Chile pediu a palavra.

Representação do CHILE (Constanza Alegría Pacull). Muito obrigada, Representante Alternativo do Equador, pelo completo relatório. Em determinada parte, refere-se a que seja submetida à consideração do Comitê a inclusão destes temas que surgiram para a agenda de médio prazo da Reunião de Alternos: Facilitação de Comércio, PMEs e Conferência de Avaliação e Convergência.

Nossa Representação está de acordo com a inclusão destes temas na agenda de médio prazo. No entanto, acreditamos que, em prol da eficiência do trabalho, de agora até o final do ano não deveríamos incluir no Roteiro os elementos de médio prazo, porque não podemos estabelecer um roteiro de temas cujos objetivos e forma de constituição ainda não sabemos bem.

Acreditamos que o Roteiro que está sendo trabalhado em Alternos deve incluir somente os temas de agenda curta. Sobre avaliar e incorporar os demais temas: uma vez que tenhamos recebido os *inputs* da Secretaria-Geral sobre os mesmos, tenhamos os avaliado em nossas Representações e nossas capitais, veremos se devemos incorporá-los ou não a este mapa.

A nossa proposta, então, incluindo ou não estes novos temas no Roteiro, é limitar o roteiro a curto prazo. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, distinta Representante. Cuba tem a palavra.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Sim, obrigada, Presidente.

Bem, primeiro gostaria de agradecer ao Coordenador do Grupo de Trabalho; segundo, dar nosso parecer sobre o desenvolvimento desta Reunião. Nós trabalhamos com toda a vontade de respeitar o espírito deste roteiro e dos temas, valha o esclarecimento do Secretário no início desta Reunião, que nos coloca também a delimitar quais são os pontos que seriam definidos como de curto prazo e os pontos que estariam sujeitos a determinadas ações.

Nós queremos também precisar que, em relação com o definido como Roteiro pelo Grupo de Alternos, é evidente para nós que poderia haver alguns temas incluídos em curto prazo, que, pelo momento no qual serão desenvolvidas as ações - como, por exemplo, no

caso da Reunião de Solução de Controvérsias, que estará se desenvolvendo em novembro, no final de novembro -, poderiam estar em contraposição com o objetivo que estamos nos propondo com esta agenda de curto prazo.

Por isso, nossa proposta é agilizar o trabalho do Grupo de Alternos, ou seja, tratar de que o Grupo de Alternos possa reunir-se com maior assiduidade, de forma que possamos apresentar uma proposta ao Comitê de Representantes sobre ações concretas a serem levadas para um eventual Conselho de Ministros, e que, nessas Reuniões, seja possível considerar aquelas questões que alguns Chefes de Representação, embora não tenham incluído diretamente na agenda de curto prazo, tenham manifestado interesse em que estivessem ali. Ou seja, nós estamos confiantes em que podemos trabalhar e podemos fazer o esforço para ter um resultado, mas este resultado deveria estar pronto no máximo na metade de novembro, do contrário não chegamos ao Conselho de Ministros com um consenso do Comitê. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, distinta Representante Alternata de Cuba. A Representação da Venezuela solicitou a palavra.

Representação da VENEZUELA (Cecilio Crespo). Obrigado, Presidente. É para manifestar acordo no sentido de que devemos nos limitar somente aos temas que indicamos na lista de curto prazo, baseado no que já se disse, na dificuldade, pelo tempo que temos em relação à Reunião à qual estamos aspirando, dos Ministros das Relações Exteriores, que deveria ser no dia 20 de dezembro, coincidindo com a Reunião dos Chefes de Estado do MERCOSUL.

Para isso, devemos fazer uma convocatória em um mês, e, para tanto, deveríamos ter então os temas muito claros para esse momento. Nesse sentido, tal como disse a Representação do Chile, com a qual estou de acordo, sim, parece mentira, não há tempo para desenvolver outros temas. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, distinto Representante da Venezuela. Passo a palavra ao senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente. Por que não concretizamos, não fazemos um balanço dos temas em questão, tema por tema, em que estado estão e quais são as ações a seguir, quais descartamos, quais seguimos, quais são os que têm mais possibilidades de sair na agenda proposta? Eu proporia, então, que analisássemos tema por tema, definindo a viabilidade das datas que estão propostas para que possam ir ao Conselho de Ministros.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário-Geral. Haveria algum comentário das Representações sobre o procedimento proposto?

Passo a palavra ao Representante Alternato do Equador, para que apresente cada um dos temas, e, assim, para que vejamos como avançamos na identificação dos mesmos.

Representação do EQUADOR (Gustavo Anda Sevilla). Obrigado, senhor Presidente. Eu queria unicamente assinalar que, aceitando a proposta do senhor Secretário-Geral, poderíamos revisar as ações em curto prazo incluídas em cada um dos temas que temos dentro do Roteiro. Nestes temas, tratamos de identificar datas de atividades ou ações precisas que podem ser levadas adiante para estabelecer se podemos determinar ou conseguir um avanço em cada um destes pontos.

Em relação à certificação de origem digital, estabelecemos, então, algumas datas, que constam do documento, e nos propusemos, em 25 de outubro, a levar a cabo outra Reunião de Alternos, para identificar ações em relação à certificação de origem digital que poderiam ser incluídas em uma Resolução do Conselho de Ministros, fundamentalmente sobre temas jurídicos, modificação do regime geral de origem nos artigos que têm relação com a certificação, as estratégias de cooperação para sua implementação e a graduação de sua implementação. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Submeto à consideração o tema um, certificação de origem digital, como apresentado no roteiro, com datas e temas, para ser submetido ao Conselho de Ministros. Gostaria de oferecer a palavra às Representações que quiserem intervir. A Representação Permanente do Peru solicitou a palavra.

Representação do PERU (José Emilio Romero Cevallos). Bem, estamos de acordo. Gostaria também de assinalar que queremos concentrar-nos na agenda curta, sobretudo nos pontos iniciais mencionados pelo senhor Representante do Equador, que apresentou o relatório, pelo qual estamos muito agradecidos.

No que se refere à certificação de origem digital, o Peru, como país andino, tem uma situação específica com seus parceiros da Comunidade Andina. Gostaríamos de dizer que vamos fazer um esforço muito especial para poder avançar neste tema, impulsionando, por um lado, o acordo específico de cooperação entre a Secretaria-Geral da ALADI e a Secretaria-Geral da CAN, para poder somarmo-nos ao projeto.

Então, nós vamos fazer um esforço para impulsionar este acordo e tomar outras medidas para poder incorporar-nos ao COD e incluí-lo na agenda curta dentro dos prazos pertinentes. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, distinto Representante do Peru. A distinta Representante do México.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Obrigada, senhor Presidente.

Bem, estamos de acordo com o Relatório apresentado pelo Representante Alterno do Equador, pelo qual agradecemos, e com essas ações concretas em curto prazo. Há uma primeira ação, que teria que ser cumprida no dia de hoje, mas independentemente de que no dia 25 de outubro haja uma Reunião para identificar as ações que poderiam ir ao Conselho de Ministros, nós consideramos que nessas Reuniões os Alternos teriam que continuar analisando os temas, ou seja, não deixar para o dia 25 de outubro o tratamento de alguns temas que já temos, de alguma maneira, iniciado - com este aide-mémoire que a Secretaria irá apresentar hoje vamos poder retomar os temas jurídicos, que já haviam sido, de alguma maneira, também considerados.

Então, penso que não seria necessário fazer nenhuma modificação. Devemos, sim, levar em consideração que quando o Grupo dos Alternos se reúna novamente, não deixemos este aide-mémoire para o dia 25 de outubro, mas que adiantemos a consideração de alguns dos temas jurídicos, que, na verdade, não têm que esperar até o dia 25 de outubro. Esses são temas já conhecidos, apresentados, seria necessário ver qual orientação vamos dando a isso. Obrigada, senhor Presidente

PRESIDENTE. Obrigado, distinta Representante Alternata do México, pela observação. Gostaria de informar que o aide-mémoire do Relatório Geral sobre a Evolução Documental do Projeto de Certificação de Origem Digital da ALADI já está sendo distribuído, está

pronto, é o Documento Informal 1048, de 4 de outubro, de tal maneira que este compromisso da Secretaria-Geral está plenamente cumprido. O mesmo estará nos escritórios de todas as Representações esta manhã.

PRESIDENTE. A distinta Representante Alternativa de Cuba solicitou a palavra.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. No mesmo sentido, nós, em Alternos, chegamos à seguinte conclusão - ao menos minha Representação - sobre o COD, que ficou parado em um momento no tempo: faltaria definir os instrumentos jurídicos para incorporar o projeto em nossos acordos, por mais que toda a informação precedente do estado de situação das homologações internas aos países seja importante, com vistas ao Conselho de Ministros, já que pode haver um pronunciamento do Conselho de Ministros, o que falta é definir o grau de vinculação que teria um instrumento jurídico aos processos internos dos países.

Então, isso é o que teríamos que discutir, por isso nós apoiamos o proposto pelo México de não esperar por o prazo; comecemos desde já a discutir de que forma e qual grau de vinculação poderia ter, porque isso seria o que estaria limitando nossos países a tomar uma decisão ou não de levar este tema ao Conselho de Ministros. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado. Entendo que o Coordenador dos Alternos está tomando nota de todas estas observações. Não tenho pedido de palavra de nenhuma outra Representação, de tal maneira que tomamos nota do avanço do Grupo de Alternos sobre este tema. O Secretário-Geral pediu a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Seria necessário concretizar a proposta da Representação do México, referente a quando será feita a Reunião sobre, como dizia a Representação de Cuba, o instrumento jurídico. Ou seja, quando se retomaria a Reunião de Alternos para trabalhar esse tema?

PRESIDENTE. Obrigado. Temos alguma data para a próxima Reunião?

Equador.

Representação do EQUADOR (Gustavo Anda Sevilla). Obrigado, Presidente. Não temos uma data, mas a intenção é fazê-la o quanto antes. Se possível nesta semana, talvez sexta-feira.

PRESIDENTE. Poderíamos marcar a data para sexta-feira? Haveria acordo?

Então, marcada para sexta-feira uma nova Reunião do Grupo de Representantes Alternos para estudar este tema. Obrigado.

5. Convocatória da Oitava Reunião de Negociação sobre o Regime Geral de Origem (ALADI/CR/PA 166).

...Passamos ao seguinte tema, Negociações sobre Regime Geral de Origem da ALADI. Equador, se possível, apresente informações sobre esse tema.

Representação do EQUADOR (Gustavo Anda Sevilla). Obrigado, Presidente. Em relação a este tema, também estabelecemos algumas datas e ações. Uma se refere à apresentação, no âmbito do Grupo de Trabalho de Acesso a Mercados, de uma agenda para os trabalhos no tema do Fórum Virtual. Esta Reunião foi realizada no dia de ontem.

Depois, temos em agenda a possível convocatória para a Oitava Reunião de Negociação. Sobre este tema, o interesse era distribuir um Projeto para consideração do Comitê ou analisá-lo aqui, para ver se já procedemos à convocatória. Acreditamos que é indispensável levar adiante esta Reunião para proceder posteriormente à avaliação dos cursos de ação a seguir em relação aos trabalhos que forem realizados. Inclusive, a data prevista para a realização da Oitava Reunião de Negociação é de 22 a 25 de novembro. Uma das propostas foi que se trabalhe no texto priorizando fundamentalmente dois temas que foram identificados até o momento: acumulação e procedimentos aduaneiros. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, distinto Representante Alternado do Equador. Cuba.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Sim, obrigada, Presidente.

Sobre este tema, felizmente, a Reunião do Grupo de Trabalho de Normas fez ontem algumas precisões que ajudarão a agilizá-lo, sem prejuízo do que acordamos no Grupo de Alternos. Parece-nos interessante, neste momento, propor a possibilidade de adiantar a Reunião de Negociação para a primeira quinzena de novembro, levando em consideração que ainda não foi convocada, dando-nos mais tempo para poder discutir no Grupo de Trabalho e no Comitê seus resultados, não sei se esta data foi vista na própria Reunião de Negociação, se foi avaliada, mas, bem, penso que, neste tema, temos bastante certeza do que deve ser feito.

O Grupo de Trabalho ratificou que se trataria somente de uma questão de tempos, ou seja, de avaliar a data de novembro com a data de dezembro do Conselho, mas não tenho clareza francamente se esta data foi alvo de consenso com os negociadores, o que teria um peso importante, porque os negociadores são os que devem estar em condições de vir à Reunião. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Cuba. O distinto Representante Permanente do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidente. Efetivamente, ontem tivemos a Reunião do Grupo de Trabalho de Acesso. Quanto à proposta de adiantar a Reunião, quero recordar que esta data foi proposta pelos negociadores, eles não podiam, não tinham outra data, não podiam reunir-se antes, quer dizer que, por esse lado, estamos mais ou menos limitados. Por outro lado, no que se refere ao texto priorizando os temas de acumulação e de procedimentos aduaneiros, o consenso, a ideia que primava, era que fossem aprovados em conjunto, fossem priorizados esses temas, fossem mais aprofundados, mas que, em conjunto, fosse aprovado todo o regime de origem, ou seja, não desconhecendo a necessidade de ter uma resolução global com relação ao regime de origem. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, distinto Representante Permanente do Uruguai. O Representante Permanente da Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado, Presidente.

Farei um comentário geral - aproveitando que foi indicado algo no sentido do que vou dizer pela Representação do México apoiada por Cuba – sobre a necessidade de mudar a dinâmica que seguimos até agora nestas negociações, porque vemos que são mandatos do Conselho de Ministros de vários anos e que se estendem no tempo, são repetidas reuniões de negociação rotineiramente, entre essas sessões de negociação não fazemos

nada, quando aqui nas Representações dos países há recursos humanos muito valiosos, gente muito capacitada que pode fazer sua contribuição.

No caso origem, há um instrumento que é o fórum virtual, que também poderia ser muito mais aproveitado. Além disso, há um ponto em particular que considero que devemos revisar: estas reuniões de negociadores, para a qual vêm especialistas de nossos países, são coordenadas pela Secretaria, e sem ânimo de fazer comentário de conotação negativa, penso que nesta instância, na qual precisamos chegar a um resultado, seria bom que algum dos países-membros assumisse a coordenação das Reuniões. Ou seja, que desse maior grau de compromisso ao objetivo que estamos perseguindo para alcançar um resultado.

Então, de forma transversal aos temas que estamos tratando, proponho, primeiro, como assinalado pelo México e por Cuba, que não fiquemos sentados esperando o vencimento do prazo, mas que nós, os funcionários da Representações, trabalhemos. O senhor menciona, por exemplo, a reunião de Alternos da sexta-feira para falar do tema dos certificados de origem digital, muito bem, façamos o mesmo com os outros temas, vejamos o que se pode ir limpando, embora sejam poucas coisas, mas são ajudas, são avanços para que, quando chegarem os negociadores, eles tenham menor quantidade de problemas para tratar e, eventualmente, resolver.

No caso origem, sugiro que a ferramenta do fórum virtual seja aproveitada ao máximo, potencializada ao máximo. Proponho também que as reuniões de negociação que estão agendadas aqui sejam coordenadas por algum dos países, que um dos países assuma esse compromisso, com a assistência da Secretaria, obviamente, mas que isso sirva para mudar a dinâmica que se seguiu até agora de um tratamento mais burocrático do que político dos temas, quando estamos buscando um resultado.

Em relação a adiantar a data da próxima Reunião de negociação sobre origem, adoraria poder fazê-lo, sei que essa data foi comprometida, esse compromisso foi anterior ao avançado na definição da agenda curta e todas as iniciativas para conseguir um resultado no fim do ano; se for possível adiantar, melhor. Seria necessário realizar as consultas aos Delegados.

PRESIDENTE. Obrigado. Alguma outra Representação gostaria de intervir? A distinta Representante da Colômbia tem a palavra.

Representação da COLÔMBIA (Luz Marina Rivera). Obrigada. Farei uma consideração de ordem geral, por haver estado presente na maior parte da Sétima Reunião deste grupo de negociação, e volto a insistir nos termos dos procedimentos.

Pessoalmente, vi os negociadores se desgastando em ter um marco claro em um tema muito novo, sobre o qual nós, os dozes, países, temos ainda a necessidade de aproximarmo-nos, uns estão mais familiarizados com a noção de acumulação. A Delegada mexicana ilustrou a seus colegas o que era acumulação de processos, de materiais, até eu estive aprendendo aí, mas eu vejo que este é um dos temas em que a capacidade de análise da Secretaria-Geral tem que estar presente apoiando os negociadores, cada um mais ou menos trouxe um pedacinho de tarefa, a Delegação mexicana orientou muitíssimo com seu projeto NAFTA, a Colômbia trazia um pedacinho do que está trabalhando no Arco, mas realmente uma sessão de análise que diga: “olhe, no mundo o assunto Acumulação está assim, está sendo aplicado, os êxitos foram tais, os possíveis problemas são esses, as desvantagens são estas, os tempos são estes”, ou seja, era um esforço de análise que lhes

tomou um dia e meio, com os Delegados tentando entender de onde vem a Acumulação, como é, como é a de materiais, como a de processos.

Então, vinculando o tema anterior com este, aí é onde podemos começar a identificar elementos, onde nós teríamos que contar nesse dia, e eu sei que isso excede a capacidade da Secretaria, porque os funcionários da Secretaria têm seu dia a dia, seus papéis, sua rotina, seria necessário vir um especialista para ministrar uma conferência especial sobre o tema Acumulação, para que os negociadores evitem esse dia e meio de andar cada um com suas próprias experiências.

Eu começaria a identificar temas nos quais são necessários âmbitos de análises específicos, concretos, para agilizar as negociações que estão no núcleo desta entidade, permito-me deixar isto como tarefa: que nós comecemos a poder diferenciar de nossa própria agenda, de nosso dia a dia, porque eu também digo, não é possível que na Sétima Reunião essas pessoas estejam fazendo esses esforços por falta de um apoio de análise sólida, então, deixamos os negociadores sozinhos, de certa maneira, dizendo, “bem, em meu país é assim e em meu país é assim”, mas alguém sabe o que é? Não, então realmente há lacunas de análises, onde seria necessária nossa capacidade de análise para apoiar todos esses processos.

Permito-me esta consideração, parece-me que é possível ligar esse tipo de temas para começar a dar a esse centro de análise matéria de análise concreta, que realmente impacte nossos trabalhos. Do curso das negociações, gostaríamos que fosse agora, na Oitava Reunião, que necessariamente tem que ser convocada, e foi um acordo dos negociadores consultando suas agendas essas datas, que possam adiantar em outros fóruns, por exemplo, o fórum que tem que ser feito virtualmente, que a Secretaria também impulse o uso destas novas tecnologias, que realmente estimule, e os países também saibam que esses são fóruns totalmente válidos para adiantar, sobretudo quando se trata de um formato, eles têm que negociar o formato submetido pela Colômbia à consideração. Sobre o tema do cronograma, parece que está bem, mas eu não sei se a solução seria que um país assumisse a coordenação para dar maior dinâmica.

Eu, pessoalmente, tenho uma opinião: a Secretaria conduziu muito bem, tentou estimular, aproximar, mas, realmente, se os negociadores não fazem a tarefa de três reuniões atrás, isso estava para ser consultado há três reuniões, na Reunião passada eu não trouxe, penso que, como já disse, as Representações têm que acompanhar um pouco mais e indicar esse sentido de urgência, essa importância, de onde vem isso, e, sem me queixar dos relatórios da Secretaria, os mesmos devem tratar verdadeiramente o que foi a Reunião, os problemas que estão ocorrendo, talvez os tenhamos deixados sozinhos, e eles são técnicos.

**PRESIDENTE.** Obrigado, distinta Representante Alterna da Colômbia. Antes de ceder a palavra ao México e a Cuba, gostaria de resgatar a necessidade de que sejam os países-membros da ALADI que decidam datas e convocatórias - ou tenham a prioridade na decisão.

Nesse sentido, gostaria de convidar o distinto Representante do Uruguai para que comente sobre a possibilidade, como Coordenador do Grupo de Trabalho, de adiantar este apoio, que daqui, em Montevideu, poderíamos dar antes da reunião dos negociadores, e ver também quais possibilidades de adiantar a oitava reunião de negociação. Mas, primeiro, gostaria de passar a palavra ao México e a Cuba para seguir a ordem do pedido.



Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Obrigada, Presidente. Bem, nós consideramos as Representações teriam que fazer um maior acompanhamento destas reuniões, isso é evidente, não podemos deixar os técnicos sós e, nesse sentido, sempre é necessário dar-lhes um contexto, ou seja, contextualizar o que estão fazendo porque têm um mandato do Conselho de Ministros há três anos, dois anos, não importa muito, porque eles vêm, terminam uma etapa, ficam de acordo para voltar, e vêm e fazem o que podem, o que conseguem.

Não há nenhum contexto de nossa parte de envolvê-los nos trabalhos e no processo da Associação. Então, aí vejo a necessidade de que as Representações, todos aqui, possam acompanhar mais o trabalho técnico que estão vindo fazer, mas que necessita sempre de um contexto, o contexto político, enfim, o contexto do desenvolvimento do processo.

Sobre a importância de que um país tome a coordenação do Grupo. Geralmente têm outra dinâmica, ou seja, ninguém está falando contra a coordenação da Secretaria, que faz muito bem, ou seja, tecnicamente é muito sólida no tema; mas é outra autoridade a que um funcionário do Governo tem sobre um grupo técnico que está seguindo um trabalho, que está desenvolvendo um trabalho.

Com relação à possibilidade de que fosse adiantada esta reunião. Também consideramos importantíssimo que pudéssemos fazer consultas porque a reunião com as datas que temos aqui, a eventual convocatória do Conselho de Ministros, estamos falando de 20 de novembro, e a reunião seria de 22 a 25 para ver se terminam ou não terminam. Aqui nós, em Alternos, necessitamos trabalhar antes da reunião todos os aspectos que estão pendentes, ver de que maneira vamos pedindo e ordenando e dizendo-lhes “aqui, por exemplo, meu país tem dez colchetes, vamos vendo como os eliminamos ou como quando voltarmos tenhamos uma resposta a tudo isso”.

Penso que é necessário que vejamos este tema - como proposto por algumas Representações – e não esperar pela reunião, e que, se possível, façamos uma consulta com um prazo, daqui a dez dias, para ter uma resposta de uma reunião na primeira quinzena de novembro. Vemos muito necessário este movimento de data porque este é um tema que, embora tenha bastante avanço, ainda faltam muitos aspectos a definir - isso, por um lado. Por outro lado, que a data na qual serão definidas estas questões está depois da convocatória, aí tema já está quase descartado. Obrigada, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado pela intervenção, distinta Representante Alternativa do México. A distinta Representante Alternativa de Cuba.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. Nós estamos em total disposição de consultar a possibilidade de adiantar a data, sem prejuízo de que reconheçamos que foi uma data acordada pela negociação, mas estamos dispostos a consultá-la.

Com relação à coordenação, francamente nós não acreditamos que seja prudente a estas alturas mudar o espírito que teve a negociação, porque os negociadores trabalharam muito bem com a Secretaria e a Secretaria foi proativa, neste caso em particular, penso que a Secretaria também tem o conhecimento e o domínio suficiente para conduzir a coordenação do tema. Seria a última reunião depois de sete reuniões, acostumados os negociadores a um ritmo, mas, mais do que isso, o coordenador dominando todo o processo da negociação, ou seja, não é menor, dominar todos os momentos da negociação, sobretudo quando se trata supostamente da última, é muito importante.

Agora, nisto coincido totalmente com a Colômbia e com o México: as Representações devem estar aí, acompanhando esta última reunião dentro do possível, por um lado. Por outro, no caso de minha Representação, já o fizemos, ou seja, já enviamos quais seriam os *inputs* fundamentais desta última reunião, qual é a importância de participar no fórum, porque é uma ferramenta muito factível mas que nossos negociadores, no caso dos países como o nosso, pequenos, sem grandes capacidades, esse negociador está em dez mil problemas ao mesmo tempo e precisa fazer um esforço sobre-humano para participar de um fórum virtual, no entanto fizemos a observação de que nesta ocasião é fundamental que esteja presente, e então que nós possamos estar com eles no momento da negociação, tratar de adiantar a data para que a negociação ocorra antes do previsto e que, em Alternos ou no Grupo de Trabalho, nós possamos definir, o que também dará uma indicação política para a capital, em que estado de situação cada país está em relação à negociação e não sobre os temas técnicos.

Não estaria de acordo com que, no Grupo de Trabalho, fossem discutidos tecnicamente os elementos da negociação, seria não reconhecer o trabalho que vieram fazendo, mas estaria dando uma indicação, não somente ao negociador como também ao político que está na capital, de que as Representações - o Comitê de Representantes - está fazendo um estado de situação da posição do país com relação à negociação. Isso, sim, parece que pode ser perfeitamente feito em Alternos, no Grupo de Trabalho, onde quer que decidirmos. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante Alterna de Cuba. O Representante do Peru.

Representação do PERU (José Emilio Romero Cevallos). Muito obrigado, Presidente. Em relação ao tema de origem, todos sabemos que é um tema de alta complexidade, que tem muitos pontos ainda pendentes que são temas de fundo, para mencionar dois deles, por exemplo, a definição do que é território, e o outro tema apresentado pela Colômbia, que é o tema da acumulação ampliada. São temas de alta complexidade e, nesse sentido, nós, como Cuba, também pensamos que se a intenção de trabalhar no Grupo de Alternos é tratar de tirar os colchetes, nós não estaríamos em condições de fazer isso.

Os temas técnicos e de fundo deveriam ser solucionados pelos especialistas, mais ainda quando há estes dois temas que mencionei, nos quais definitivamente se requer entrar em uma discussão profunda.

Coincidimos com o fato de que é necessário aproveitar o fórum virtual, mesmo quando os negociadores estão envolvidos não só, no caso do Peru, em um processo negociador, eles têm muitos mais, inclusive procurar algum outro mecanismo que poderia ajudar a avançar em ir limpando estes colchetes que ainda permanecem no texto, por exemplo, não sei, a ideia de uma videoconferência, se é que isso é possível coordenar.

Por outro lado, no que diz respeito à data, lamentavelmente nós não estamos em capacidade de participar de uma reunião na primeira quinzena de novembro, justamente a data que foi sugerida saiu da reunião anterior, da sétima reunião de origem, porque temos já uma agenda de negociação muito comprometida e esta data seria uma das que poderíamos participar. Não obstante, faremos a consulta do caso, mas, no dia de hoje, posso adiantar que nós preferiríamos que essa data fosse mantida.

Em relação à coordenação do Grupo, nós pensamos que, por mais que a mesma possa ser exercida por um país-membro, o trabalho realizado pela Secretaria-Geral foi excelente, e não vemos inconveniente em que a coordenação do Grupo Negociador continue a cargo da própria Secretaria. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, distinto Representante do Peru. A Representante Alternata do Chile solicitou a palavra.

Representação do CHILE (Constanza Alegría Pacull). Muito obrigada, Presidente. Em relação às datas propostas para a reunião de origem de final de novembro, gostaria de manifestar o acordo de minha capital e dos negociadores com essa data.

Quanto à proposta de adiantá-la, bem, consultaremos e daremos nossa resposta quanto antes. Para isso, pedíamos à Secretaria que nos desse algumas datas possíveis para poder consultar de maneira mais limitada, e não somente a primeira quinzena de novembro.

Quanto ao tema da coordenação, coincidimos com várias Representações a respeito de que a coordenação foi muito bem conduzida pela Secretaria, portanto não veríamos razão para mudá-la nesta, na última reunião, como se supõe. No entanto, com vistas a, digamos, poder ver todos os pontos de vista, talvez fosse bom fazer algo similar, como o que foi proposto em salvaguarda, ou seja, avisar a nossos negociadores que existe esta proposta de que a coordenação seja assumida por algum dos países-membros, e no ponto da agenda que diz eleição de coordenadores, eles saibam que pode existir alguma proposta de outra coordenação, e que seja aí mesmo que se escolha quem coordenará, embora nossa preferência, e de acordo com o indicado pelos negociadores em matéria de origem, é que estão muito cômodos com a coordenação exercida até o momento.

No que se refere a que as Representações acompanhem as reuniões de negociação, parece-nos, tanto neste como nos outros temas que estão sendo negociados, fundamental, estamos completamente de acordo com essa proposta. No entanto, também faço aqui um pedido à Secretaria e aos demais Grupos de Trabalho no sentido de entender que há Representações bastante reduzidas e que, portanto, nos dias dessas reuniões, por favor, não sejam agendadas reuniões de Grupo de Trabalho nem de outro tipo, pois é impossível clonar-se para assistir a todas.

Com relação à possibilidade de avançar de maneira inter-seccional nesta matéria, parece-nos importante o tema do Fórum. Vamos fazer as gestões para que este Fórum, pelo nosso lado pelo menos, tenha movimento. Estamos de acordo com a possibilidade de analisar, como proposto pelo Peru, eventuais videoconferências, embora seja um pouco mais complexo, mas acreditamos que o Fórum nos dá a suficiente flexibilidade para poder compatibilizar todas as agendas. Também acreditamos que trabalhar temas complexos, como origem, no Grupo de Trabalho ou em Alternos, não seria conveniente. Devem ser os próprios negociadores aqueles que analisem estas matérias, seja através do fórum virtual ou de maneira presencial. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante Alternata do Chile. O Secretário-Geral solicitou a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Tenho a impressão, escutando as diferentes Representações, de que este tema não irá reunir os requisitos que estamos apresentando para ser terminado no fim do ano e enviado ao Conselho de Ministros.

Pela data que está sendo proposta para a próxima reunião e pelo fato de que está sendo proposta a mesma lógica de continuidade, não de uma reunião para encerrar o assunto, com negociadores com mais poder de decisão política, não os mesmos negociadores, ou podem ser os mesmos, mas com instruções políticas de parte dos países com relação à possibilidade de encerrar os temas, do contrário, não vejo como os temas

serão finalizados, se não vierem com uma decisão maior; e se os Governos também não sentirem que é importante que nós encerremos, façamos um esforço para encerrar estes temas.

Parece-me, como está sendo apresentado, que os requisitos deste tema não estão reunidos para chegar em determinados prazos e apresentar estes temas na agenda de Ministros.

O que teríamos que analisar, penso que alguma Representação propôs, seria separar Normas Geral de Origem de Acumulação de Origem, ver alguns temas que podem ser tratados e chegar a um acordo por separado nos mesmos. Não sei se haverá esse acordo, mas, digamos, como o tema de atualizar o sistema de Acumulação de Origem. Parece-me que, mesmo com fóruns virtuais e videoconferência, penso que será muito difícil chegarão que está sendo proposto se mantivermos a data que havia sido acordada originalmente.

Então, percebendo isso, proporia passar aos temas que, sim, estamos um pouco mais seguros que podem ser alvo de acordo antes do fim do ano.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário-Geral. O distinto Representante Permanente do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente. Penso que vale a pena insistir um pouco, creio que já houve sete reuniões deste Grupo de Trabalho e já avançamos bastante no texto. Penso que existem colchetes, muitos colchetes. Estou de acordo com o Secretário-Geral que se tivermos que ter uma reunião, é necessário haver uma decisão, uma orientação política, para que as representações ou os negociadores realmente venham aqui com mais flexibilidade para ver se encerramos o texto antes do possível Conselho em dezembro.

A questão da coordenação: eu, como o Chile, também estou muito conforme com a coordenação da Secretaria-Geral. Não acredito que, se mudarmos a coordenação, teremos mais ou menos agilidade e eficiência.

Sobre nossa participação, penso perfeitamente que as Representações que quiserem participar da reunião, que participem. Talvez o melhor fosse ver, como propôs o Peru, se podemos antecipar a reunião para a primeira quinzena de novembro. Eu consultei meus negociadores e seria bom se pudéssemos antecipar isso por alguns dias, porque realmente mais tarde em novembro já está mais próximo do que o desejado para o Conselho que temos.

Penso que a melhor coisa é ter um a reunião dos negociadores aqui, com nossa participação ou não, com a coordenação da Secretaria-Geral, mas, se possível, na primeira quinzena de novembro, e fazer um pedido a nossos negociadores, inclusive através de nossas capitais, para que realmente venham com vontade e com o afã de realmente fechar o assunto.

Penso que vale a pena, digo isso ao Secretário-Geral porque esse é um tema importantíssimo, importantíssimo para nós. Não é possível que uma Associação de Integração Latino-Americana tenha regras diferentes sobre origem, seria tão bom que pudéssemos ter um mecanismo mais uniforme, um programa mais uniforme de regras de origem, inclusive prevendo acumulação de origem, há interesse de muitos países, e mais, o Brasil não está contra isso, mas temos que ver onde e como poderíamos discutir o tema.

Eu proporia, penso que o melhor seria talvez antecipar a reunião para a primeira quinzena de novembro, se for possível, em uma data qualquer. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, distinto Representante Permanente do Brasil. Penso que há um critério generalizado sobre a conveniência de adiantar a data, a única Representação que disse que vê dificuldades é o Peru, mas nos deu a possibilidade de adiantar consultas para ver se o Peru também se uniria a isso. De tal maneira, penso que podemos trabalhar em função da possibilidade de adiantar para a primeira quinzena de novembro a oitava reunião. A Argentina solicitou a palavra.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Muito obrigado. Parece-me que é importante neste tema, e nos outros dois de Salvaguardas e de Solução de Controvérsias, que sejamos conscientes de que a possibilidade de chegar a um resultado requer uma decisão política. Já disse algum sábio antes que se acreditarmos que fazendo sempre o mesmo teremos resultados diferentes, estaremos equivocado.

Vemos que houve sete reuniões de tema origem, cinco de salvaguardas e seis de solução de controvérsias, e estamos onde estamos. Os técnicos são os especialistas, virão aqui, cada um vai defender sua posição, vai defender seu colchete e vamos ficar da mesma forma que agora. Temos que ser realistas, isso é o que vai acontecer. É necessário ter uma decisão política para superar as dificuldades que existem e chegar a entendimentos. Os técnicos não farão isso, porque cada um dos técnicos defende sua visão, porque isso é o que deve fazer. A única forma de chegar a acordos é com uma visão superadora, a da dimensão política.

Quem pode dar essa visão são os Representantes que estão aqui, são os Representantes dos países, os delegados políticos dos países, os Embaixadores, os Representantes Permanentes, têm essa missão, e para as questões técnicas existe sempre a possibilidade de receber instruções das capitais, obviamente em nossas Representações não há especialistas em todos os temas, mas, sim, há ferramentas que nos permitem fazer consultas praticamente on-line com as pessoas que sabem, e, dessa forma, ter os elementos necessários para buscar o consenso, se é que há a vontade.

Então, está muito bem ver a possibilidade de adiantar a reunião, está muito bem acompanhar os Delegados nas reuniões, mas não se trata disso, trata-se de comprometer-se a chegar a um resultado com decisão política de que isso é desejável, e está no interesse de cada um dos países-membros e no interesse da Associação. Se não estivermos nessa linha de pensamento, penso que todo isso é inútil, ou seja, vamos repetir a experiência das reuniões prévias de negociadores que não vão superar o que os obstaculizou até o momento. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante Permanente da Argentina. O distinto Representante do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Eu estaria respondendo a sua incitação, Presidente. Se o Brasil vai se referir ao tema, parece-me melhor que se manifeste primeiramente o Brasil e depois eu.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, quantas gentilezas hoje. Presidente, penso que nada impede que façamos, como diz a Argentina, uma tentativa entre nós, que façamos uma Reunião de Alternos, então, e vejamos, revisemos, talvez dentro de uma semana, para que tenhamos tempo de poder consultar os técnicos, os

negociadores. Penso que o tema é tão importante para todos nós que deveríamos fazer isso, talvez uma reunião, dentro de uma semana, dos Alternos. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, distinto Representante Permanente do Brasil. O Representante Permanente do Uruguai em a palavra.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado. Eu queria responder três coisas que estiveram em análise, e passo a responder à incitação feita pelo senhor, Presidente.

Em primeiro lugar, com relação à data. Não temos nenhum problema em fazer consultas, além das consultas que cada um dos países fizer, diretamente com os negociadores para ver se estariam dispostos a adiantar a data. Agora, talvez a única data possível seja entre 31 de outubro e 4 de novembro, porque a semana do dia 7 temos a Reunião de Salvaguardas e a semana que começa 14 temos a Reunião de Solução de Controvérsias. Quer dizer que a consulta que podemos fazer é em relação a quando começa a primeira semana de novembro, e temos aí no meio um feriado também. Nós fazemos a consulta, não há nenhum problema.

Em segundo lugar, com relação ao Coordenador, nós também entendemos que a Secretaria desempenhou um ótimo papel neste sentido, e acreditamos que poderia, certamente, continuar fazendo-o; independentemente disso, está na Agenda da Reunião dos Delegados a eleição do Coordenador, quer dizer que nesse momento se decide que algum país pode coordenar, se quisermos sugerir que escolham um país, fazemos isso.

Em terceiro lugar, com relação ao acompanhamento e ao fato de que realmente se chegue a fechar o tema, penso que as Representações podem perfeitamente fazer um acompanhamento mais próximo. Agora, trata-se, como disseram vários Representantes, de tomar uma decisão política com relação a isso, e se não foi tomada até agora é porque, certamente, os países não tiveram o incentivo em terminar com este tema; porque, tendo em vista os inconvenientes de sete reuniões e os colchetes que os técnicos podem encontrar, poderia, em todo este prazo, haver tido uma vontade política ou haver tido um incentivo suficientemente forte para realmente tratar de que houvesse um mandato de fechar o tema, coisa que, até agora, não houve.

Então, temos um tempo limitado para interessar, o máximo possível, nossos elencos políticos responsáveis por estes temas, ou que estão acima dos técnicos, para que os técnicos venham realmente com um mandato, apoiados pelos políticos que estão nas Representações para fechar o tema.

Penso que não temos alternativa além de movimentar-nos internamente nos países para encontrar o incentivo político para que isso tenha êxito. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, distinto Representante Permanente do Uruguai. A Representação de Cuba, por favor.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. Primeiro, de acordo com a proposta do Coordenador do Grupo de Trabalho de Acesso a Mercados, de avaliar as datas de 31 de outubro a 4 de novembro.

Segundo, penso que o tema, o ponto dos incentivos e da posição dos negociadores com relação às resoluções, aos mandatos sobre normas e disciplinas comerciais, é uma análise mais profunda. Têm relação com o destino destas negociações mais do que com

seu conteúdo. Não obstante, não acredito que não tenha havido interesse dos negociadores nestes processos, pelo contrário, particularmente em origem.

Penso que, pela primeira vez na ALADI, resgatou-se, uma vez ocorreu na Conferência de Avaliação e Convergência, o espírito de negociação e multilateral, que vai desde conhecer os negociadores na região, de vir negociar aqui e não ser convocados na OMC, etc., mas, sim, negociar na região, negociar em textos comuns, por mais que, como dissemos muitas vezes, esses textos, infelizmente, vão para uma vitrine, e é possível que aí é onde esteja a questão do interesse ou não, manifesto ou não, da culminação com mais rapidez ou não destas negociações.

Agora, no tema de origem, são propostos dois pontos, que não estão priorizados em vão, porque constituem para muitos países o *plus* que poderia ter esta norma caso fosse concluída, mais além de seu caráter não vinculante, que são os temas de acumulação e de procedimentos de verificação e controle. Daí que os negociadores estimaram conveniente que esses temas fossem priorizados e incluídos dentro do processo da negociação. O simples fato, ao menos em minha Representação e minha capital, que fazer programado fora das atividades do ano uma nova Reunião de Origem é uma indicação política de interesse em culminar este tema, unido à intenção de fazer um Conselho de Ministros no final do ano. Ou seja, acredito que eles têm, no caso de minha Representação, indicação política do interesse que existe em terminar este tema. Eu acredito que eles vêm de alguma maneira dispostos a terminar o tema.

A aceitação da incorporação deste tema na agenda, no caso de Cuba, foi consultada com o negociador, ou seja, eu consultei se ele acreditava que, pelo espírito que havia na negociação, seria possível terminar a discussão, e ele me disse que sim, que não havia maiores problemas, apesar de que há alguns pontos que são de profundidade e nos quais ainda é necessário discutir muito, mas que havia condições para terminar o tema, daí que aceitamos que este tema fosse incluído, aceitamos uma nova reunião, etc.

Por último, com relação a uma Reunião de Alternos para definir o estado de situação da negociação, talvez por país, como se entenda, não estamos contra; mas queremos deixar claro que não vamos negociar o texto em uma Reunião de Alternos, ou seja, Cuba não vai negociar nem analisar colchetes em uma Reunião de Alternos, isso, em nosso ponto de vista, cabe aos negociadores e queremos deixar neste âmbito. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante Alterna de Cuba. Há alguma outra Representação que gostaria de intervir neste momento.

Bem, há três pontos sobre os quais se manifestaram as diversas Representações. Um, a necessidade de adiantar a data da Oitava Reunião de Negociação, e inclusive algumas Representações que têm dificuldades em adiantar critérios sobre isto se comprometeram a fazer consultas a suas capitais.

O segundo tema que me parece importante também é o mandato ao grupo negociador de que feche a negociação na data da próxima reunião, e o terceiro em relação à Reunião de Alternos.

Eu considero que sobre o primeiro ponto será feita a consulta para ver se adiantamos, não sei se poderíamos ter uma data na qual poderíamos saber com precisão a resposta sobre esta decisão, a data proposta é de 31 de outubro a 4 de novembro, estaríamos lidando com essa data como a data mais possível.

Como operamos em função do mandato. É necessária uma Resolução do Comitê de Representantes, certamente, não sei se consulto as Representações. A Representação do Uruguai tem a palavra.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Mas o mandato vai depender do que os países opinarem, isso é, cada país vai encomendar a sua Delegação que termine a negociação ou não. O Comitê de Representantes dificilmente pode encomendar aos países que terminem a negociação.

PRESIDENTE. Sim, mas pode haver um acordo entre todas as Representações no sentido de que a negociação possa terminar na data prevista, eu me referia a isto basicamente: a uma aspiração dos países-membros a que a negociação finalize na oitava reunião para poder informar ao Conselho de Ministros. Tem a palavra a Representação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Jenny Encinas). Obrigada, Presidente. Acreditarmos que, na convocatória da próxima Reunião, deveríamos mencionar, pelo menos, com vistas a concluir a negociação de origem, porque, de outra maneira, por mais que manifestemos a nosso país o interesse de encerrar a negociação, penso que vale respaldar isso como convocatória.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante Alternada da Bolívia. É precisamente a consulta que eu fazia, era para receber esse tipo de iniciativas. A Argentina, por favor.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado. Em adição ao que acaba de ser dito pela Representante da Bolívia, também temos que ter presente que o mandato do Conselho de Ministros para fazer isso, que é a máxima entidade política da Associação, é a Resolução 65 (XV), que dá o mandato para fazer isso. Então, apelando a esse mandato, que já tem dois anos e meio, quase três, parece-me muito bem a inclusão proposta pela Bolívia.

PRESIDENTE. Então, o tema continua. No Grupo de Alternos haverá uma reunião, não sei se na sexta também poderiam abordar este tema, e dar-nos na próxima reunião um critério, um comentário, uma alternativa de ir avançando neste Roteiro. A Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Gustavo Anda Sevilla). Obrigado, Presidente. Penso que em Alternos poderíamos tratar, mas teríamos que ter uma definição das datas, ou seja, receber uma resposta de parte das distintas Representações sobre as possíveis datas a serem realizadas.

PRESIDENTE. De acordo. Poderíamos passar aos seguintes temas. A Representação do Equador poderia fazer algum comentário sobre os seguintes, por favor.

Representação do EQUADOR (Gustavo Anda Sevilla). Muito obrigado, Presidente. No caso de Regime Regional de Salvaguarda é uma situação parecida com a anterior, com o acrescentado que o Comitê de Representantes já aprovou a data para a convocatória para a Sexta Reunião de Negociação, entre 9 e 11 de novembro. Os Alternos consideraram conveniente estabelecer uma data limite para o credenciamento dos participantes desta próxima Reunião de Negociação, a fim de avaliar as ações que se deveriam seguir à luz das confirmações que tivermos. É isso, basicamente. Obrigado.



PRESIDENTE. Obrigado. Sobre o Regime de Salvaguardas haveria algum comentário das Representações? A Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Perdão, Presidente, sempre volto para trás, perdão. Henrique me diz aqui que, para o tema de Solução de Controvérsias, a Secretaria-Geral preparou um documento indicativo, meramente indicativo, que foi muito positivo, no qual indicava onde havia as diferenças sobre o texto de Solução de Controvérsias, e isso me parece que ajudaria muito, talvez, nos trabalhos dos Alternos para a sexta-feira.

Talvez também pudéssemos pedir à Secretaria algo indicativo apenas, sem juízo de valor, dizendo onde há diferenças de posições, colchetes, etc. O positivo, e faço aqui uma observação, de uma Reunião de Alternos, talvez, sobre Regras de Origem, seria que poderíamos contar com a presença da Venezuela que não pôde, lamentavelmente, estar presente nas reuniões técnicas. Então, com isso, pelo menos teremos a Venezuela na Reunião sobre Origem quando tivermos a Reunião de Alternos. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante Permanente de Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Eu direi à Venezuela quando ela voltar.

PRESIDENTE. Obrigado, distinto Representante Permanente do Brasil. Eu ia pedir também ao Coordenador de Alternos que tome nota deste pedido e se comunique com a Representação da Venezuela, claro.

Sim, Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Eu pediria que a convocatória para a Reunião também abarque o proposto pela Bolívia, isto é, que tenha a mesma apelação à vocação e à vontade para encerrar o tema.

PRESIDENTE. De acordo com a base do mandato igual. Há algum outro tema? Solução de Controvérsias está pendente até o momento porque estão sendo feitas consultas para obter a maioria de países de acordo com a data proposta. Dessa forma, é um tema que também está por ser resolvido nas próximas horas. Algum outro tema? A Representação do Equador, por favor.

Representação do EQUADOR (Gustavo Anda Sevilla). Obrigado, Presidente. Unicamente, o tema do Acordo Regional N° 7 sobre Cooperação e Intercâmbio de Bens nas Áreas Cultural, Educacional e Científica. Como consta no documento anexo, a Secretaria-Geral distribuirá o documento até 6 de outubro, até amanhã, com vistas a que os países possam analisar este documento a fim de realizar os comentários ou observações que considerarem pertinentes e avaliar a possibilidade de ter algum resultado para o Conselho de Ministros.

PRESIDENTE. Obrigado, distinto Representante Alterno do Equador. Quero também agradecer ao Equador pela coordenação deste Grupo de Alternos, e pelo trabalho que tem ainda nos próximos dias. Agradeço muito pelos esforços que faz no Grupo de Alternos. O México e depois Cuba.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez). Obrigada, Presidente. No Roteiro tínhamos três temas adicionais para a agenda curta, sendo que dois deles foram sugeridos por nossa Representação. O de Facilitação do Comércio e PMEs, a ideia aqui é que

podéssemos analisar se há condições, ou seja, analisar o que temos, um Programa de Facilitação do Comércio que está sendo visto no Grupo correspondente, e em PMEs seria necessário analisar, há várias ações que foram realizadas no ano passado e neste ano mesmo, e ver. Não se trata de dizer que irão ao Conselho, mas, sim, analisar no Grupo de Alternos se há alguma matéria substantiva para poder levá-los ao Conselho de Ministros.

PRESIDENTE. Obrigado. Sim, de acordo, eu assumia que esses temas estavam ainda na agenda do Grupo de Alternos, por isso não o mencionei, porque continuam aí sendo explorados e analisados. A Representação de Cuba, por favor.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. Eu não queria deixar de mencionar, com relação ao Acordo Regional N° 7, uma posição que tivemos no Grupo Alternos e que mantemos em relação ao curso de ação deste tema para um possível Conselho de Ministros.

Primeiro, supomos que amanhã, dia 6, nós tenhamos este documento distribuído pela Secretaria. O Grupo de Alternos, imagino que chegamos a definir onde discutiríamos este documento, mas penso que deve ser definido quanto antes.

Mas há algo que nós consideramos com relação a este tema e que queremos deixar expresso: o Comitê de Representantes não necessariamente necessita, valha a redundância, uma análise ampla ou demorada, pormenorizada, para impulsionar este tema no Conselho de Ministros porque se trata de um Acordo Regional, não se trata de um tema que esteja chegando à agenda da Associação. A simples vontade dos países de priorizar este tema e atualizar este Acordo seria suficiente para que houvesse um pronunciamento do Conselho de Ministros, ao estilo das Resoluções 65 (XV), 66 (XV) e 67 (XV), que não prejudica resultado com relação ao que vai ser originado dessa atualização do Acordo, mas o certo que é um instrumento da ALADI.

Nós, na Reunião de Alternos, dissemos que queríamos respeitar o espírito de quem em seu momento fez esta lista, e francamente este é um Acordo que está aí e não necessariamente temos que esperar para ver se vamos atualizá-lo para tomar a decisão de fazê-lo. A nosso juízo, queríamos deixar isso sobre a mesa, existe a possibilidade de que trabalhemos em uma Resolução que estabeleça os limites ou um mandato do alcance dessa atualização. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado. A Argentina e o Brasil.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado. Primeiro, quero dizer que me parece muito boa a proposta de Cuba, de resgatar este tema sobre a atualização de uma ferramenta, de um instrumento regional da Associação, com relação ao manter-se ao dia com as novas tecnologias e então ampliar o âmbito de aplicação deste Acordo a bens das áreas cultural, educacional e científica que em seu momento não foram pensadas porque não tinham a divulgação que têm hoje.

Depois, quero expressar que nos parece certo incluir na agenda curta as propostas do México sobre Facilitação e sobre PMEs, alguma decisão que possa tomar o Conselho para favorecer estes dois capítulos que são muito importantes na integração regional.

Está certo que isso não estava no mandato do Comitê anterior e, por isso, quando se tratou em Alternos houve quem disse que era um tema novo, que devia passar primeiro por aqui. Parece-me que são temas relativamente simples, onde poderíamos chegar a uma

Resolução para cada um ao Conselho de Ministros, com um impacto interessante nos operadores e na opinião pública de que é o que faz a ALADI. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, distinto Representante Permanente da Argentina. A Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Sim, obrigado. Gostaria de dizer que estou totalmente de acordo também com Cuba. É exatamente isso o que imaginávamos, para que o Conselho nos desse um mandato para atualizar o Acordo Regional N° 7.

Creio que a ALADI foi visionária nos anos oitenta de haver aprovado o Acordo N° 7 e o que depois, nos anos noventa, dez anos depois, o que o mundo chamou de Sociedade da Informação. Nós fomos realmente visionários, seria o caso de adaptar agora e atualizar esta lista, de passar de um esquema analógico para um esquema digital. Estamos na era digital, então seria o caso realmente de ter um mandato do Conselho para que pudéssemos atualizar este Acordo e estou totalmente de acordo com Cuba sobre isso. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, distinto Representante Permanente do Brasil. Alguma outra Representação quer intervir? Entendo que os temas de Facilitação do Comércio e PMEs serão incorporados como temas da agenda curta. Chile e México.

Representação do CHILE (Constanza Alegría Pacull). Obrigada, Presidente. Parece fundamental para nossa Representação incluir os temas de Facilitação, na agenda curta, e de PMEs também. Não obstante, gostaria de recordar que a Representação da Venezuela havia manifestado sua oposição à inclusão de um deles, então não sei como se deveria proceder neste caso, se por consenso não. É minha dúvida, como procedemos neste caso.

PRESIDENTE. Obrigado. A Representação do México.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Obrigada, Presidente. Em relação ao Acordo Regional N° 7, obviamente eu penso que aqui não há ninguém que possa negar a importância deste Acordo, mas para que depois em Alternos não comecemos a discutir se o mandato é a atualização ou o aperfeiçoamento, ou xis, penso que teríamos que ver que esse mandato do Conselho de Ministros, e a eventual Resolução sobre este tema, não seja simplesmente orientada à atualização da lista, este Acordo tem objetivos mais importantes, e penso que isso é o que temos que apontar, a que tenha um aperfeiçoamento, uma implementação de todo o Acordo que é bastante mais importante do que dizer a lista dos produtos parou aí e a completamos com treze itens mais.

Penso que temos que ver o objetivo do Acordo, que é bastante mais relevante que o que hoje estamos aplicando do Acordo, pois nos limitamos a uma partezinha, ou seja, a liberalização de alguns bens que todos sabemos que estão terrivelmente desatualizados. Mas não somente isso, temos que ir mais aos objetivos do Acordo. Isso para que depois em Alternos nos facilite um pouco o trabalho.

Eu não sei se neste momento, Presidente, ou mais adiante... Bem, tínhamos umas reuniões programadas para este ano, na reunião passada havíamos proposto sua convocatória, é o caso de Compras Públicas. Naquele momento havia quórum para que a reunião fosse feita, neste momento entendo que já não o teríamos, dado que a Representação da Colômbia manifestou na última reunião do Grupo de Trabalho que seu Delegado, apesar de que havia sido confirmada a participação da Colômbia, já não tinha tempo para realizar os trâmites internos e conseguir a autorização de viagem. Então, o que vamos propor neste caso, Presidente, é que essa reunião seja postergada para o próximo

ano, e eu não sei se, neste momento, ou o fazemos também em Alternos, devemos ver as outras reuniões que estão programadas também para este ano e analisar, em função dos trabalhos que temos para a preparação do Conselho de Ministros, se é conveniente ou não sua realização, mas talvez o vejamos em Alternos, se assim nos for indicado. Muito obrigada, Presidente.

PRESIDENTE. Penso que é melhor que este tema também seja assumido pelos Alternos, pois é complementar ao trabalho que estão fazendo. A Argentina e o Chile.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Presidente, somente quero propor que, para ajudar os Alternos com o tratamento do AR 7, a Secretaria prepare uma minuta de mandato, ou seja, um documento que reúna o sentido do que foi manifestado aqui, e isso vai facilitar a Reunião de Alternos, que têm muitíssimo trabalho por diante. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. O Chile, por favor.

Representação do CHILE (Constanza Alegría Pacull). Obrigada, Presidente. Em relação ao AR N° 7, minha Representação gostaria de um ter um esclarecimento em relação ao que entendemos pelo mandato do Comitê de Representante. É bom o que propõe a Argentina porque depois de chegar a Alternos não fica claro a que estamos nos referindo. Pelo menos, no que diz respeito a minha Delegação, nós não poderíamos acompanhar a inclusão deste tema na agenda curta nem no Conselho de Ministros sem saber os alcances que pode chegar a ter. Isto é, nós estamos totalmente de acordo em discutir e analisar melhoramentos ou atualizações do AR N° 7, no entanto, não podemos assiná-lo se não sabemos quais serão essas atualizações e essas melhorias.

Quero que fique claro isso porque se não acarreta confusões em Alternos, mas existe um mandato do Comitê de Representantes que nos diz que este tema vai. Este tema entra na medida em que soubermos quais são seus alcances, na medida em que estivermos de acordo com seus alcances - e ainda não sabemos seus alcances, não podemos ter certezas de que este tema poderia ser incluído em uma agenda do Conselho de Ministros. Gostaria de deixar isso claro para que não haja más interpretações posteriores. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado. Talvez o documento que a Secretaria está preparando possa esclarecer essa consulta. Poderíamos vê-lo quando tivermos uma próxima reunião e tivermos o documento a nossa frente.

Quero fazer uma consulta que já fiz há um momento, houve consenso entre as Representações presentes na sala no sentido de incluir na agenda curta os temas de Facilitação do Comércio e PMEs, e gostaria, agora que estão completas as Representações em sala, de consultar se alguma Representação não está de acordo com isso. A Venezuela, por favor.

Representação da VENEZUELA (Cecilio Crespo). Obrigado, Presidente. Perdoem-me, tive que ir ao MERCOSUL assinar uma ata. Não teríamos problema em que os dois pontos entrassem na agenda curta. PMEs é um tema que foi tratado com bastante profundidade aqui, e há muitos trabalhos a esse respeito. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, distinto Representante da Venezuela. Com isso, passaria ao próximo ponto que está pendente, porque se trata da convocatória para a Oitava Reunião, a qual estará pendente da data que for acordada com base no pedido de adiantar esta Reunião.

## 6. Notificações à Organização Mundial do Comércio (OMC).

...o seguinte ponto de nossa agenda tem relação com as notificações da Organização Mundial do Comércio, e gostaria de dar uma informação de caráter geral. É um tema já conhecido por muitas das Representações, a Secretaria-Geral, desde a entrada em vigor do Tratado de Montevideu, realiza um relatório bienal à OMC dos acordos assinados a seu amparo, com o objetivo de que estes fiquem amparados sob a cláusula de habitação.

Não obstante, tendo em vista as recentes discussões no seio do Comitê de Acordos Regionais da OMC, da qual participam os doze países-membros da ALADI, e em opinião da Secretaria-Geral da OMC, um importante número de acordos da ALADI não foram notificados a essa Instituição. Segundo a lista de acordos não notificados à OMC distribuída no Comitê de Acordos Comerciais Regionais como documento WTRegW62, existem três relatórios bienais elaborados pela Secretaria-Geral da ALADI que não foram publicados pela OMC.

Dadas as implicações que este tema tem para a ALADI e as diversas consultas que as Representações fizeram a esse respeito, coloca-se à consideração das Representações a conveniência de sua análise nesta Associação, independentemente das gestões oficiais que forem feitas em Genebra.

Há alguma Representação que queira fazer algum comentário sobre isso, sobretudo pensando em como devemos proceder no futuro? A Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Presidente, muito obrigado. Penso que este tema é muito relevante, porque tem relação com o próprio sentido da existência da ALADI, não pensam o mesmo de como se deve atuar frente a esta questão das notificações e depois há questões de procedimento que deveríamos revisar para garantir que os relatórios enviados a cada dois anos à OMC efetivamente cheguem ao destino, e depois que a Secretaria da Associação tenha constância de que esses relatórios foram recebidos e distribuídos como documentos da OMC.

Nossa missão em Genebra fez um levantamento e há alguns relatórios que pôde rastrear, outros não. Então, é um tema de procedimento que temos que revisar, mas o mais difícil é tentar fazer que os doze países tenham a mesma visão de qual deve ser a posição, porque é lógico que no âmbito multilateral da OMC recebamos pressões para que submetamos nossos acordos a análises e a juízos de valor e questionamentos, coisa que devemos avaliar se é conveniente ou não.

Como todos sabem, na OMC há dois âmbitos diferenciados, um foi criado especialmente para os países em desenvolvimento sob a cláusula de habitação, a juízo da Argentina esse é o âmbito onde temos que mover-nos, e o Tratado de Montevideu foi notificado oportunamente sob esse mecanismo. A informação que o senhor nos transmitiu, Presidente, vem do Presidente do Comitê de Acordos Regionais, Acordos Comerciais Regionais, que é o que está sob o mandato do Artigo 24 do GATT, que impõe outro tipo de obrigações, de fornecer informações e prestar-se a consultas, etc.

Do ponto de vista da Argentina, trabalhem sob a Cláusula de Habitação, observando o compromisso de transparência acordado em 2006, no Artigo 14, da decisão adotada em 2006, sua transparência, e asseguremo-nos que o mecanismo dos relatórios bienais esteja bem aceito, que os relatórios que a Secretaria elabora, que são submetidos à consideração dos países, cheguem a destino e se tornem documentos oficiais da OMC. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, distinto Representante Permanente da Argentina. O Representante Permanente do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidente. Eu acredito que a observação feita a pouco, em relação à importância de que tenhamos um critério comum, ou um critério acordado de como fazer e sob que âmbito apresentar nossos acordos, é fundamental. Penso que esse tem que ser um tema que deve passar a estudo de nossas capitais e que merece ser debatido depois entre nós.

Em relação à situação que está criada neste momento, há dois tipos de situações: há acordos que não foram ainda comunicados e há acordos comunicados nos relatórios bienais que a OMC não reconhece como comunicados, que são duas situações diferentes. Aparentemente, o relatório bienal não estaria neste momento satisfazendo a OMC como mecanismo de notificação dos acordos.

O mecanismo que se segue normalmente é: a ALADI faz o relatório bienal, esse relatório bienal é canalizado através do Ministério das Relações Exteriores do Uruguai para ser mandado a Genebra, para que seja apresentado à OMC.

Nós estamos neste momento, junto com a Secretaria, fazendo um levantamento exato de quais foram todos os relatórios bienais que saíram e que os acordos comunicados aí não estão sendo considerados notificados pela OMC, e quais foram os que ainda não foram comunicados, que são realmente poucos, e vamos recorrer o caminho através da pessoa responsável no Ministério das Relações Exteriores para tomar as providências do caso, em relação ao que está sendo requerido é outro tipo de notificação para poder cumprir o que a OMC está querendo. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. A Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Cecilio Crespo). Obrigado, Presidente. No ano passado, ocorreu a mesma situação e penso que vou repetir praticamente o mesmo que disse naquele momento. A primeira pergunta que fiz foi à Secretaria, se haviam feito as coisas que tinham que fazer, se haviam enviado isso. A resposta da Secretaria, nessa vez, foi que sim, haviam feito, que haviam feito seus deveres e então ficamos em que seria feita uma reunião de nossos países ou dos nossos representantes em Genebra e que eles iam ver qual era a realidade dos relatórios.

Se bem me lembro, entre as coisas que foram ditas aí era que os relatórios eram apresentados a quem não correspondia, ou seja, essa pessoa, esse diretor ou chefe de contratos regionais, algo assim, tomava isso sem ter que fazê-lo. Nunca terminamos de esclarecer a situação, isso foi no ano passado e, bem, repito exatamente o mesmo, a Secretaria nos disse aquela vez, e imagino que também vai dizer agora, que fez seus deveres. Agora, o que ocorreu lá... Nesse sentido, penso que devemos averiguar se essa reunião de nossos representantes foi feita lá e o que ocorreu na mesma. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. A Representação do Chile, por favor.

Representação do CHILE (Constanza Alegría Pacull). Obrigada, Presidente. Um aide-mémoire com relação à discussão do ano passado.

Todos lembrarão que o Comitê de Representantes mandou isso a Alternos, em Alternos se tratou o tema das notificações à OMC, foram vistas especificamente quais eram as que estavam notificadas e quais haviam se perdido no caminho, de alguma maneira.

Discutiu-se também sobre a pertinência de notificar os acordos de maneira individual e não a partir do relatório bienal da ALADI. Não se chegou a nenhum acordo neste sentido porque algumas Representações mencionaram que tinham instruções precisas e peremptórias de sua capital de não continuar tratando este tema em Montevidéu, visto que era um tema que devia ser tratado em Genebra, precisamente pelo grupo de países ALADI, mas em Genebra, e que não podia fazer parte de nossa discussão aqui em Montevidéu. Por isso, encerrou-se o tema e não se continuou discutindo, não sendo elaborado relatório nem tomada decisão.

Tenho entendido que em Genebra estavam à espera do que fosse decidido em Montevidéu, então, na verdade, o sistema foi pouco eficiente. Isso em 2010.

O único input que tiveram em Genebra desde Montevidéu foi uma minuta de relatório preparado pela Secretaria, que não foi, em seu momento, aprovada pelo Comitê de Representantes nem pelos membros, e que alguma Representação mandou a sua missão em Genebra e sua missão em Genebra o distribuiu aos membros da ALADI lá em Genebra.

O relatório não estava mal, mas apresentava um juízo jurídico em relação à validade dos relatórios bienais que teríamos que haver analisado com mais profundidade, mas que, dado que este relatório já havia sido distribuído e não iríamos seguir discutindo este tema em Montevidéu, decidimos não continuar neste tema em Montevidéu, porque não havia massa crítica para poder discuti-lo. Entendo que o grupo voltou a se juntar este ano, entendo que estão preocupados com o que pode acontecer, tendo intenções de assumir uma posição comum ao respeito.

No entanto, também gostaria de manifestar a posição de meu país em Genebra neste sentido. Por mais que esperemos conseguir uma posição comum dos membros da ALADI, as obrigações que temos na OMC são a título individual, e, portanto, não devemos cumprir a obrigação de notificação em conjunto, de acordo, obviamente, com o parceiro comercial de que tratar o acordo em questão, que está sendo de alguma maneira assinalado como não notificado, mas não podemos pensar que a obrigação de nosso país contraída no âmbito da OMC possa ser cumprida por um terceiro em Montevidéu. Ou seja, nós somos da ideia de que os países devem notificar seus acordos na OMC de maneira individual sem prejuízo de que sejam acordos assinados ao amparo do TM80.

Outrossim, talvez o ponto de inflexão neste sentido marca o que foi mencionado pelo Representante da Argentina, que é o mecanismo de transparência de 2006. Antes que existisse o mecanismo de transparência de 2006 de notificação dos acordos, havia uma área nebulosa que, de alguma maneira, teria permitido interpretar que os acordos assinados ao amparo do TM80, esta é nossa interpretação, poderiam ser notificados neste relatório a cada dois anos.

No entanto, acreditamos que os requisitos muito mais precisos impostos pelo mecanismo de transparência de 2006 para as notificações não tornam viável que o formato do Relatório Bienal da ALADI pudesse ser considerado como notificação, nem pelo Artigo 24 nem pela Cláusula de Habilitação, ao Comitê de Acordos Regionais.

Consequentemente, nós estamos disponíveis para discutir este tema, no entanto, concordamos com o que foi acordado ano passado, proposto por algumas Representações - entre as quais não esteve o Chile -, no entanto, concordamos com que este tema continue sendo tratado em Genebra pelo grupo de países da ALADI, e que a decisão de notificação ou não aconteça lá, e que uma vez que tenham tomado uma decisão a esse respeito nós possamos, de alguma maneira, receber os inputs de Genebra para ver se talvez a decisão

é que o relatório deva ter algum tipo de modificação. Não acreditamos que tudo possa continuar sendo discutido aqui em Montevideú, porém devemos estar a par do que acontece lá e por isso é que insto a todos a que estejamos em contato com nossas respectivas missões para poder estar a par do que está acontecendo lá e do debate que há lá. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante Alternativa de Chile. Obrigado pela informação, com vários elementos que não conhecia, particularmente dos debates do ano passado, não tinha informações a esse respeito. O México, por favor.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez). Obrigada, Presidente. Sobre este tema já comentou a Representação de Chile, é exatamente factual o que relatou sobre o tratamento que tivemos aqui na ALADI sobre o mesmo. Temos informação, tanto de nossa missão em Genebra como da correspondente área no México, e o que nos dizem é que, em efeito, a OMC não aceita os relatórios bienais da ALADI como uma notificação, sim como uma questão informativa, mas não estão considerados como uma notificação. Por outro lado, também temos informação que as missões permanentes dos países-membros da ALADI estão se reunindo lá, estão tentando ter uma posição comum, mas ainda não a têm.

Ou seja, estamos exatamente iguais que o ano passado. Aqui eu não compartilharia muito o critério do Chile de que não tratemos o tema aqui, porque em Genebra estão necessitando alguns insumos sobre a ALADI.

Então, penso que teríamos que ter muito claro o que nós temos que nós, ou seja, muito pontualmente, não podemos ver todo o tema porque uma grande parte desse tema tem relação com as normas da OMC e isso nós não vamos discutir aqui; mas teríamos que ver a parte que nos corresponde para poder ter aqui uma posição comum e transmiti-la, não digo comumente, mas cada Representação a suas capitais dizendo "bem, na ALADI, a visão que temos deste tema é assim". Nós consideramos - por dizer algo, não é a posição de meu país porque ainda não temos uma posição - esse é o outro dos problemas que temos, mas dizer os acordos que cumprem com o Artigo 24 que não se notifiquem, se é que decidimos que o bienal é a notificação do que fazemos na ALADI e que aí não vão os do Artigo 24, porque estamos fazendo uma dupla notificação. Enfim, esse tipo de especificações são as que temos que ver aqui e não o todo.

Por último, estou de acordo também com que este problema não seja decidido individualmente, embora reconheçamos que a obrigação da notificação é dos países, não é da Secretaria da Associação, é dos países-membros como membros da OMC. Mas todos temos uma contraparte, então se eu tenho uma visão e minha contraparte tem outra, então estes são os problemas que se apresentam, porque se para minha contraparte a notificação da Secretaria é suficiente, o relatório da Secretaria é suficiente e para mim não, eu não poderia notificá-lo sozinho. Esse é o tipo, digamos, de temas que nós consideramos necessário analisar aqui para poder ter ao menos uma opinião mais ou menos comum e transmiti-la a nossas respectivas capitais. Muito obrigada, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, México. A Representação da Argentina solicitou a palavra.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Muito obrigado. Parece-me importante que analisemos este tema não de forma abstrata, mas como algo bem concreto no contexto internacional que estamos vivendo. No contexto de crise que está vivendo toda nossa região, a América Latina aparece como um mercado apetecível para países que antes não o consideravam tal. E aí é então onde recrudescem os



questionamentos, isto é o que estamos fazendo nesta região, outorgando-nos preferências que não são sujeitas à Cláusula de Habitação, é válido ou não válido. Ou seja, não é uma discussão em abstrato isso, é algo muito concreto que tem impacto comercial em nossos países, não é uma questão jurídica para ser elucidada em âmbitos acadêmicos. Como vamos nos comportar com esta matéria pode ter impacto em nossas correntes comerciais com o resto do mundo.

Em relação a se este tema é ou não matéria de nosso Comitê, vejo que a experiência do passado é que houve uma ida e volta entre Montevideu e Genebra, porque em Genebra é um tema menor dentro das prioridades da agenda. O senhor, Presidente, tem experiência multilateral, sabe muito bem o demandante que é estar em um lugar assim, onde há uma chuva de reuniões de diferentes temas, e isso, realmente, não é da preocupação prioritária de nossas Missões.

Em troca, sim, deveria ser nossa preocupação prioritária, porque está questionando a essência do que fazemos aqui, se darmos preferência em acordos parciais ou em acordos regionais é válido ou não é válido. A Delegada do México diz “a OMC não reconhece tal coisa” Estão os países-membros da OMC, e se 12 países-membros da OMC dizem isso é assim, tudo é matéria de interpretação. Então, é muito importante que façamos o esforço de conseguir uma posição comum para defender nossos interesses.

Eu sei que há diferentes visões e que isso é objeto de discussão, mas eu entendo que é um tema que merece estar na agenda de nossa Associação, de nosso Comitê e que o trabalhemos aqui facilita o trabalho de nossos colegas que estão em Genebra. Temos que ter uma interação maior com eles, uma coordenação e não ficarmos aqui esperando sentados para ver quando decidem se reunir, porque como disse não é um tema prioritário, e então se dilata e se dilata e enquanto isso avança a visão de que isso não está conforme com os parâmetros do comércio multilateral.

Penso que é importante que coloquemos o tema na agenda, que iniciemos o debate e que façamos o esforço de conseguir uma visão comum de como devemos informar, porque aqui inclusive as palavras, uma coisa é informar e outra coisa é notificar, tudo tem um sentido que devemos manejar muito cuidadosamente. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, distinto Representante Permanente da Argentina. Tenho na lista Cuba e Brasil. A Representação de Cuba, por favor.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. No caso de minha Representação, serei muito breve, porque a Coordenadora em seu momento do Grupo, como apresentado, foi muito enfática em seus relatos e efetivamente a discussão foi assim.

Minha Representação, naquele momento, propôs que a discussão deveria ocorrer na ALADI e que a ALADI deveria ter uma voz comum ou não, o Comitê de Representantes deveria ter uma voz a partir dos instrumentos do Tratado de Montevideu 1980, ou seja, da avaliação do tratamento de um tema com base no Tratado Montevideu 1980 e seus instrumentos.

Se possível ou não ter uma posição comum, uma posição por maioria, uma posição, mas ter uma voz. Francamente, haver distribuído aquele documento no qual a Secretaria se esforçou por dar um ditame da situação em Genebra, não informal porque foi formalmente por cada Representação, mas não como um documento aprovado ou pelo menos tratado

pelo Comitê de Representantes, tirou muito peso também na consideração do tema, sobretudo para os países que queriam, entre eles o meu, que fosse mantida a notificação bienal, não somente por um problema de procedimento mas sim pelo espírito da Cláusula Habitação e da possibilidade, além do proposto pela Argentina, com o que estou totalmente de acordo, embora não acredite que seja para todos os países, nem de todos os tamanhos, mas, bem é uma realidade, mais além disso pelos procedimentos que para os menores países, de menores condições, implica o procedimento da notificação.

Por isso, estamos em disposição de trazer o tema novamente, de trabalhar o tema com seriedade e de tentar obter, pelo Comitê de Representantes, e a partir dos instrumentos do Tratado Montevidéu 1980, que é o que une todos aqui, uma voz para nossas Delegações em Genebra, que certamente não conhecem a ALADI com tanta profundidade, não estão aqui, nem dominam os instrumentos e os procedimentos institucionais com os quais trabalhamos aqui. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado. Representante Permanente do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente. Esse tema é importante, Presidente. Penso que poderíamos pedir a nossos Alternos, uma vez mais, que tratem este tema. Penso que sim, cabe a nós tratar este tema.

Penso que não cabe, em primeiro lugar, ao Secretariado da OMC, dizer que há um descumprimento aqui. Neste caso, cabe aos membros da OMC.

E segundo, este Relatório é do Comitê de Acordos Comerciais Regionais, mas na verdade as notificações são encaminhadas na OMC ao Comitê de Comércio e Desenvolvimento que está encarregado da Cláusula de Habilitação. Então, há muitos acordos que foram sim notificados, temos aqui uma lista preliminar, por exemplo, desta lista aqui que nos foi encomendada pela Secretaria, 23 foram distribuídos, e tenho os números dos documentos na OMC, se foram distribuídos é porque foram informados, não haveria distribuição se não houvesse informação.

Então, de saída, como se diz, não sei se diz em espanhol, esta lista já está equivocada, esta lista que recebemos da Secretaria da OMC, e, dessa forma, já não tem credibilidade. São os membros uma vez mais que têm que nos dar uma informação concreta.

Então, estou de acordo, penso que devemos aqui na ALADI tratar este tema. Eu sugeriria que os Alternos tratassem a questão para esclarecer de uma vez por todas e poder responder se for o caso, não penso que já é o caso de responder ao Secretariado da OMC, mas sim na OMC para que possamos informar isso de uma maneira correta de uma vez por todas. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Passo a palavra à Secretaria-Geral.

SECRETARIA-GERAL (Carlos Aldeco). Primeiramente, gostaria de esclarecer que a Secretaria, como foi dito no ano passado e reiterado neste, sempre cumpriu com a elaboração dos Relatórios Bienais, sempre em tempo e forma. Por que se trouxe o tema novamente a este Comitê? Precisamente porque muitas Representações estavam nos consultando, como Secretaria, e indicavam que em Genebra estavam lhes dizendo que estavam esperando a resposta da Associação. Então, consideramos pertinente trazer o tema novamente à consideração dos senhores.

Com relação ao documento elaborado pela Secretaria, que foi mencionado nesta mesa, esse foi um documento solicitado pelos países, mas que até onde eu tenho conhecimento não tinha por que ser aprovado pelo Comitê de Representantes. É um documento informativo, que contém a visão da Secretaria, não precisava ser aprovado previamente por ninguém, como qualquer outro documento.

Também existe a possibilidade de que este, como foi também dito aqui, mecanismo de transparência de 2006 possa chegar a ser retroativo, ou seja, não somente afeta o que aconteceu em 2006 em diante, pode, inclusive, a critério da Secretaria da OMC, aplicar um princípio de retroatividade, o que, como foi dito, é a opinião da Secretaria da OMC.

Eu também acredito que o principal problema reside no fato de que, por mais que a ALADI tenha comunicado nesses Relatórios Bienais, para a Secretaria da OMC é diferente o relatório de uma notificação, penso que aí reside o principal problema. Para a Secretaria da OMC, esse Relatório não é suficiente, requer um passo posterior para que alcance a notificação. Isso é tudo, obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretaria-Geral. O Chile solicitou a palavra, por favor.

Representação do CHILE (Constanza Alegría Pacull). Obrigada, Presidente. Reitero que nossa Representação está disposta a discutir isso aqui em Montevideu para tratar de responder, como dizia o México, alguns elementos comuns. Nós não vamos fazer uma análise em detalhe das normas da OMC, mas podemos fazer alguns comentários em relação ao que diz respeito ao TM80 e a sua relação com estas notificações.

Nós não temos inconveniente a esse respeito, o que sim queria dizer é que, por favor, quando fiz o comentário de que o documento saiu sem ser aprovado, não estou fazendo nenhum tipo de crítica para a Secretaria, a Secretaria agiu corretamente, como age sempre neste caso.

O que aconteceu aí foi que um documento que era de circulação interna, que se queria melhorar, porque teoricamente iria ter várias outras revisões, lamentavelmente foi distribuído em Genebra como se fosse uma resposta da ALADI às consultas que o Comitê de Acordos Regionais havia feito. Esse foi o problema, foi um mal entendido em Genebra, o documento foi entendido como resposta da ALADI a nossas consultas. E não era a resposta da ALADI, mas sim um documento da Secretaria, um documento de trabalho da Secretaria, nada mais. Esclarecido esse ponto, ou seja, não tem nada a ver com a forma de trabalhar da Secretaria neste documento, mas sim foi um mal-entendido ocorrido entre nossas Representações aqui em Montevideu e as de Genebra.

Nós estamos disponíveis para uma Reunião de Alternos, como proposto pelo Brasil, para poder continuar tratando esse tema aí. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante Alternativa do Chile. O Representante da Venezuela solicitou a palavra.

Representação da VENEZUELA (Cecilio Crespo). Obrigado, Presidente. A última intervenção da Secretaria me deixou uma preocupação. Penso que deve ficar bem claro. Estamos cumprindo exatamente com o procedimento, não é suficiente então o relatório? Isso é uma pergunta que me faço, e, em segundo lugar, nós compartilhamos a posição de que isso deve ser discutido aqui. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, distinto Representante da Venezuela. Alguma outra Representação gostaria de intervir?

Bem, suponho que estamos todos de acordo em carregar de trabalho o Grupo de Alternos, mas claro no entendimento de que este será um tema independente de toda a responsabilidade que tem em relação aos outros temas do Conselho de Ministros, é um tema independente que deve ser tratado em uma reunião especial, e considero que, para essa reunião, será necessário que a Secretaria dê certas especificações sobre datas, textos enviados, forma de envio e que nos apresente também uma visão dos mesmos, de como é o procedimento para apresentar os relatórios à OMC, e que os Representantes Alternos proponham ao Comitê de Representantes Permanentes uma proposta de como proceder no futuro ou alternativas de como proceder no futuro. Se alguém quiser acrescentar algo. A Representação de Cuba, por favor.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Somente para esclarecer que há um documento, que é este, que existe, que pode servir de base para a discussão, parece-nos perfeitamente factível para começar a conversação sobre o tema em Alternos, servindo de base caso seja necessário fazer alguma atualização ou algo assim. Obrigada.

PRESIDENTE. A Secretaria-Geral vai intervir novamente.

SECRETARIA-GERAL (Carlos Aldeco). Sim, efetivamente podemos distribuir esse documento sem nenhum problema. Gostaria de recordar às Representações que suas discussões sobre isso são muito importantes, porque no próximo ano deveríamos fazer o próximo Relatório Bienal, então temos que tomar uma decisão quanto antes de como vamos proceder, com vistas à elaboração de um Programa de Atividades do próximo ano.

PRESIDENTE. Obrigado. Bem, estamos a ponto de terminar nossa reunião. Há um tema pendente que ainda não aprovamos, que é a Ata correspondente à sessão 1120ª, não sei se a Secretaria pôde retificar as duas observações apresentadas pelo Equador e pelo México, ou deixamos este tema para uma próxima reunião.

Então, a Secretaria informa que já estão prontas as retificações e que o texto será distribuído como aprovado. A Venezuela, por favor.

Representação da VENEZUELA (Cecilio Crespo). Perdão, Presidente. Não é sobre este ponto da Ata, mas gostaria de ficasse claro algo da primeira discussão proposta pela Argentina, e complementada um pouco por nós, no sentido de que, em vista da crise, da urgência da crise, neste caso proporíamos que se inste a Secretaria a começar a estudar um mecanismo que nos forneça a informação necessária para ver a influência da economia no que diz respeito aos países. Isso não ficou muito especificado, então queria propor isso, independentemente de que seja a curto prazo ou a médio prazo, mas que se comece a trabalhar nesse ponto.

PRESIDENTE. Obrigado, Cecilio. A Secretaria se comprometeu a fazer uma proposta nesse sentido.

## 7. Assuntos diversos

... Bem, passamos ao último ponto de nossa agenda, que é Assuntos diversos. Eu queria, por mais que estejamos na metade da Presidência do Equador neste semestre, de todas maneiras pensamos na possibilidade de fazer uma proposta para as sucessivas Presidências do Comitê de Representantes, no sentido de que cada novo Presidente, e

este é um pedido especial ao México, que cada novo Presidente possa propor aos demais países-membros da ALADI dois temas que poderiam ser priorizados durante seu semestre de Presidência.

Se todos estão de acordo, poderíamos deixar como norma ou como procedimento de nossos trabalhos que cada novo Presidente, ao iniciar sua gestão, identifique dois temas nos quais gostaria de trabalhar no semestre para dar maior ímpeto, maior aceleração, e que poderia ser de enorme benefício para a sucessão.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez). Obrigada, Presidente. Bem, nós, com muito prazer, vamos transmitir esta proposta ao Embaixador Luiselli para que, em algum momento do semestre, apresente ou proponha alguns temas para sua incorporação no Programa de 2012 e no exercício de sua Presidência do primeiro semestre. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado, distinta Representante Alternativa do México, por acolher esta iniciativa.

Não havendo nenhuma intervenção adicional sobre outros temas que as Representações gostariam de propor, dou por concluída a Reunião, agradecendo muito pelo trabalho desta manhã, que foi intenso, pelas observações, pelos comentários, pela participação de todos, e também agradecer muito à Secretaria-Geral por todo o apoio dado para que esta Reunião fosse bem-sucedida. Obrigado.